

Coleção PENSAMENTO CRÍTICO  
Volume 6

Ficha Catalográfica

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

B4661

Bettelheim, Charles.

A Luta de classes na União Soviética: primeiro período (1917-1923); tradução de Bolívar Costa, revisão técnica de Sérgio Silva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed. 1979, 480 p. (Pensamento crítico. V. 6)

Do original em francês: Les luttes de classes en URSS - 1917/1923

Bibliografia

1. Rússia - História - Revolução, 1917-1923 2. Socialismo 3. Socialismo na Rússia I. Título II. Série

CDD - 335

335.43

947.0841

CDU - 330.342.15(47)

947"1917/1923"

76-0598

EDITORA PAZ E TERRA

Conselho Editorial

Antonio Candido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

624.015  
B565I  
1979  
v 1

CHARLES BETTELHEIM

DEDALUS - Acervo - FFELCH-GE

Luta de classes na uniao sovietica.



21100009205

FFELCH

# A LUTA DE CLASSES NA UNIÃO SOVIÉTICA

PRIMEIRO PERÍODO (1917-1923)

tradução de  
Bolívar Costa

revisão técnica de  
Sérgio Silva

2.ª Edição

TOMBO...: 56141



SBD-FFELCH-USP



PAZ E TERRA

312214  
BIBLIOTECA  
GEOGRAFIA - USP  
FFELCH

28244

b) Insurreição e Revolução de Outubro de 1917 78

3. As etapas percorridas pela Revolução Russa de abril a outubro de 1917 81

a) A luta revolucionária dos camponeses pela terra e a nova etapa democrática percorrida pela revolução durante o verão de 1917 82

b) A luta revolucionária dos operários pela derrubada do governo provisório e a nova etapa proletária iniciada pela revolução em outubro de 1917 84

II. A DITADURA DO PROLETARIADO E AS RELAÇÕES DE CLASSES LOGO APÓS OS ACONTECIMENTOS DE OUTUBRO 85

1. Características e limitações do papel dirigente do partido bolchevista em 1917 e após a Insurreição de Outubro 88

2. As formas do poder proletário em outubro de 1917 e suas características específicas 92

a) O sistema da ditadura do proletariado 93

b) O "Poder de Estado" e a aliança operária e camponesa 94

3. A instalação dos órgãos e do governo soviéticos 100

a) O Sovnarkom 102

b) O VTSIK 102

c) As relações do VTSIK com o Sovnarkom 103

d) Poder central e poderes locais 105

e) Os aparelhos administrativos do Estado 105

f) O Exército Vermelho 106

4. O partido bolchevista e seu papel dirigente 108

a) A luta teórica pela primazia do marxismo revolucionário no movimento operário russo 109

b) A luta política pela edificação e o desenvolvimento do partido bolchevista 113

SEGUNDA PARTE

O PODER SOVIÉTICO E A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSE NO PERÍODO DE 1917 A 1921 123

I. A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE A BURGUESIA E O PROLETARIADO SOB A DITADURA DO PROLETARIADO 124

II. A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSE NAS CIDADES 130

1. As medidas imediatas relativas à indústria e ao comércio 131

a) As expropriações 131

b) O controle operário 132

c) O VSNKh e a coordenação dos processos de produção 138

d) A nomeação dos dirigentes das unidades de produção e o problema do diretor único 141

2. A situação da burguesia e da pequena burguesia urbanas no fim do "comunismo de guerra" 146

a) Eliminação das atividades da burguesia privada 146

b) O enfraquecimento da pequena burguesia privada e a sorte da pequena burguesia administrativa 148

c) O surgimento de uma burguesia estatal 149

d) Os aparelhos escolares e a consolidação posterior da burguesia 154

3. A situação do proletariado no fim do "comunismo de guerra" 157

a) O enfraquecimento "físico" do proletariado soviético e sua "desintegração" parcial 158

b) O nível de vida da classe operária e o problema dos salários 158

c) A luta ideológica de classes e a disciplina do trabalho 161

d) A disciplina do trabalho e o papel dos sindicatos 166

e) O recurso a medidas de coerção sobre os trabalhadores 169

f) O aspecto principal da situação do proletariado: sua constituição em classe dominante 172

g) Ditadura do proletariado e linha de massa 174

h) Ditadura do proletariado e "fusão" do partido bolchevista com os elementos de vanguarda da classe operária 176

4. A emergência de novas relações de produção socialistas e comunistas 179

III. A TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES DE CLASSE NO CAMPO 186

1. A especificidade das antigas relações sociais no campo 189

2. A revolução agrária democrática e a esperança de uma revolução agrária socialista 195

a) A revolução agrária democrática do inverno de 1917 - 1918 195

b) A tentativa de desenvolvimento de um movimento autônomo dos camponeses pobres no verão de 1918 197

3. O período de 1919 - 1920 e a orientação relativa ao campesinato médio para a construção do socialismo 201

a) A emergência de relações socialistas no campo 204

b) A ajuda ao camponês médio 206

c) O problema das requisições 206

4. A reificação da política camponesa do partido bolchevista e as relações de classe no campo no final do "comunismo de guerra" e no início da NEP 210

a) As reivindicações do campesinato e o restabelecimento da "liberdade de trocas" 211

b) A legislação agrária de 1922 212

c) As posições econômicas do campesinato logo após a guerra civil e as diferenciações de classe no campo no começo da NEP 214

- Pág. 123-145  
e  
- Pág. 189-221.

## **O poder soviético e a transformação das relações de classe no período de 1917 a 1921**

Logo após outubro de 1917, um processo de transformações revolucionárias extremamente complexas entrou em curso, em consequência da constituição do proletariado como classe dominante e da luta que continuavam a travar as massas populares dirigidas ou auxiliadas pelo proletariado e seu Partido. Como se sabe, as transformações ocorridas então apresentam duplo caráter: democrático nos campos, onde as massas camponesas estão mobilizadas, e socialista nas cidades, onde as massas operárias combatem a dominação dos capitalistas sobre os meios de produção. Essas transformações efetuam-se por etapas e afetam mais ou menos profundamente as diferentes relações sociais e os elementos que as constituem. Elas provocam modificações nas relações de classes.

Antes de apresentar uma visão do conjunto das principais transformações que afetaram as relações econômicas e jurídicas durante os primeiros anos da Revolução Russa, deve-se examinar a transformação das relações entre proletariado e burguesia resultante da implantação da ditadura do proletariado.

## Capítulo I

### A transformação das relações entre a burguesia e o proletariado sob a ditadura do proletariado

A instauração da ditadura do proletariado revoluciona profundamente as relações entre as classes e transforma as próprias classes. Segundo a observação formulada por Lênin no texto *l'économie et la politique à l'époque de la dictature du prolétariat*:

“... É impossível suprimir as classes de um só golpe. As classes *permanecem e permanecem* durante a ditadura do proletariado. A ditadura se tornará inútil quando as classes desaparecerem. Elas não desaparecerão sem a ditadura do proletariado...”

“As classes permanecem, mas cada uma delas estará *modificada* durante a ditadura do proletariado; *suas relações se terão igualmente modificadas*. A luta de classes não desaparece sob a ditadura do proletariado, ela se reveste simplesmente de *outras formas*...”

As classes permanecem, embora modificadas e modificando suas relações, porque as *antigas* relações sociais, especialmente as *relações de produção capitalistas*, não são “abolidas”, mas *transformadas* pela ditadura do proletariado.

No mesmo texto, Lênin salienta que, durante o período de transição entre o capitalismo e o comunismo, há luta entre o primeiro, que é “vencido mas não aniquilado”, e o segundo, “já nascido mas ainda fraco”<sup>2</sup>.

1. Lênin, O.C., tomo 30, pág. 111.

2. *Ibid.*, pág. 103.

A existência do capitalismo vencido pressupõe, evidentemente, também, a da burguesia e a do proletariado: estas duas classes continuam a se combater, embora suas condições sociais de existência estejam profundamente modificadas.

A primeira e fundamental modificação das condições de existência dessas classes relaciona-se ao fato de que a burguesia perdeu o poder. Concretamente, isto significa que a burguesia não domina mais os antigos aparelhos políticos e administrativos que foram destruídos, desarticulados, substituídos mais ou menos completamente por aparelhos e organizações ligados às massas revolucionárias e dirigidos pelo proletariado e sua vanguarda, o partido proletário, aparelho de classe que desempenha daí em diante o papel dominante. Concretamente, isto significa também que os capitalistas e os proprietários rurais perderam, no essencial, a capacidade de “dispor livremente” dos meios de produção. Na indústria, a atividade dos comitês de fábrica, o controle operário, as expropriações etc., transformam profundamente as condições de utilização dos principais meios de produção, que deixam de ser diretamente submetidos às exigências do processo de valorização do capital. Essas exigências não são, contudo, “abolidas”, mas transformadas pelo exercício da ditadura do proletariado.

A razão pela qual a burguesia e o proletariado continuam sua luta em novas condições é que as relações sociais burguesas que fundamentam a existência e as práticas dessas classes não são propriamente “abolidas”, mas transformadas. Embora o processo social de reprodução não seja mais dominado pela burguesia, o caráter capitalista desse processo não foi ainda realmente eliminado. Em cada unidade de produção, os produtores continuam inseridos no mesmo tipo de divisão do trabalho que implica, principalmente, a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre as tarefas de direção e as de execução. A diferença está no fato de que os dirigentes do processo de produção imediata só podem desempenhar seu papel sob o controle do proletariado, das organizações operárias de massa, dos novos aparelhos estatais e do partido proletário.

A nacionalização dos meios de produção por um Estado proletário tem como primeiro e essencial resultado criar *condições político-jurídicas favoráveis à transformação socialista das relações de produção* e, por isso, à *socialização* dos meios de produção: porém, *ela não se identifica a uma tal transformação*.

Sabe-se que as relações de produção são relações determinadas, “necessárias, independentes (da) vontade dos homens”, os quais estabelecem essas relações no que Marx chama “a produção social de sua existência”<sup>3</sup>.

3. K. Marx, *Contribution à la critique de l'économie politique*, Editions Sociales, Paris, 1957, pag. 4.

Essas relações são impostas aos agentes da produção pela estrutura dos processos de produção e de circulação, isto é, pelo processo real da produção social. Esta estrutura está inscrita na divisão do trabalho e nos instrumentos de trabalho (que Marx chama de "expoentes das relações sociais"). Naturalmente, as formas específicas assumidas pela divisão do trabalho e pelos instrumentos de trabalho não caem do céu; elas são o efeito da luta de classes anterior e do caráter que estas impuseram ao desenvolvimento das forças produtivas. Em cada época, tais lutas (que ocorrem sempre sobre bases materiais determinadas) fazem da dominação do processo de produção e da repartição das forças de trabalho entre diversas tarefas "o apanágio de certos agentes da produção por oposição aos produtores diretos".

A inscrição material das relações de produção (na divisão do trabalho e nos instrumentos de trabalho, tem como consequência o fato de não ser suficiente a dominação política de uma classe sobre as outras para que ela transforme imediatamente as relações de produção existentes. Ela só pode realizar essa transformação destruindo e reestruturando (ou seja, "revolucionarizando") o processo real de produção.

No tocante ao caráter capitalista das relações de produção que existem logo após a instauração do poder proletário, também ele está evidentemente inscrito na estrutura do processo de produção.

Assim, instaurando seu poder de classe e nacionalizando certas indústrias, o proletariado tem possibilidade - mas somente possibilidade - de revolucionarizar o processo real de produção e, portanto, de fazer surgir novas relações de produção, uma nova divisão social do trabalho e novas forças produtivas. Na medida que esta tarefa não foi ainda executada, as antigas relações de produção capitalistas subsistem, assim como as formas de representação e as formas ideológicas sob as quais surgem essas relações. Na medida em que tal tarefa está em via de realização, as antigas relações são parcialmente transformadas, a transição socialista está em curso, e pode-se falar de uma "sociedade socialista".

O socialismo não é, portanto - torna-se particularmente necessário frisar isto devido às confusões surgidas dos discursos ideológicos sobre o "modo de produção socialista" - a "abolição" das relações de produção capitalistas: são - em condições ideológicas e políticas determinadas, que são ainda recentes na Rússia do período de 1918 a 1922 - sua transformação, sua destruição-reconstrução em relações transitorias que podem ser analisadas como uma combinação de elementos capitalistas e elementos socialistas ou comunistas. A progressão para o socialismo consiste na dominação crescente destes elementos sobre aqueles, na "extinção" dos elementos capitalistas e na consolidação dos elementos socialistas, cada vez mais dominantes.

4. Cf. K. Marx, *Le Capital*, tomo 8, pág. 254 (sublinhado por mim - C. B.).

Essa progressão exige um longo período histórico e corresponde a uma revolucionarização das condições da produção que é o resultado de uma luta de classe prolongada e dirigida por uma linha política justa, isto é, uma linha que fixa para cada etapa objetivos passíveis de permitir uma transformação socialista efetiva das relações de produção. A elaboração de semelhante linha supõe a existência de um partido proletário armado da teoria revolucionária e que saiba desempenhar seu papel dirigente. E este papel é essencial, pois nem o partido nem o Estado da ditadura do proletariado podem "operar diretamente" uma transformação socialista das relações de produção, mas somente a luta conduzida pelas antigas classes dominadas e exploradas. *Revolucionarizando os processos de produção* e o conjunto das relações sociais, esta luta pode acabar - e somente ela pode acabar - com o que era anteriormente o "apanágio" das classes dominantes.

Enquanto as relações capitalistas são apenas parcialmente transformadas, as formas sob as quais essas relações se manifestam continuam a se reproduzir: donde, a reprodução de formas como moeda, preço, salários, lucro etc., que não podem ser "abolidas" por simples decretos.

A transformação socialista das relações de produção é a única que pode provocar o desaparecimento dessas formas; essa transformação implica em que a socialização da produção resulte cada vez mais da ação coordenada dos trabalhadores que se tornam trabalhador coletivo em escala social. O processo de constituição desse trabalhador coletivo é precisamente um processo de longo alcance, que passa por etapas e exige a revolucionarização das relações sociais em seu conjunto: econômicas, ideológicas e políticas, pois os diferentes aspectos dessa revolucionarização determinam-se uns aos outros de maneira complexa.

Enquanto subsistem elementos burgueses nas diferentes relações sociais - até no comunismo -, há condições para a existência do proletariado e da burguesia e a possibilidade de que esta - se a luta da classe proletária não segue uma linha justa - desenvolva os elementos burgueses das relações sociais, consolide os aspectos burgueses dos aparelhos ideológicos e políticos e, finalmente, restitua o capitalismo (sob as formas específicas impostas por aquelas relações sociais anteriormente transformadas que a burguesia não pode destruir).

A expropriação da burguesia não se identifica com seu desaparecimento, porque o desenvolvimento da propriedade estatal, mesmo sob a ditadura do proletariado, deixa subsistir elementos de relações capitalistas (que são modificadas apenas parcialmente). Enquanto subsistem elementos capitalistas nas relações de produção, subsiste também a possibilidade de funções capitalistas, e a burguesia pode continuar a existir sob uma forma modificada, especialmente no seio dos aparelhos de Estado; ela assume, então, a forma de uma burguesia estatal.

Isso tudo pode ser explicitado partindo-se da definição que Lênin dá para as classes sociais em seu texto intitulado *La grande initiative*, que é a seguinte:

"De-se o nome de classes a amplos grupos de homens que se distinguem pelo lugar que ocupam em um sistema historicamente definido de produção social, por sua relação (quase sempre fixada e consagrada, por leis) com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho; portanto, pelos modos de obtenção e a importância da parte de riquezas sociais de que dispõem."

Esse texto destaca claramente alguns pontos essenciais:

1. As relações de distribuição são apenas uma consequência das relações de produção (dos lugares ocupados na produção e em relação aos meios de produção). Portanto, a análise das relações de distribuição (do "modo de obtenção" de uma certa parte da riqueza social, e a importância desta parte) pode tomar mais clara a natureza das relações de produção e as relações de classes que estas determinam, mas não poderia, por si só, conduzir ao conhecimento de umas e outras.

2. A "fixação" por lei de certas relações com os meios de produção pode "consagrar" essas relações, mas elas existem independentemente da "lei". Na verdade, esta pode dissimular relações diferentes daquelas que "consagra". Assim, na sociedade capitalista, os meios de produção que são "propriedade do Estado", pertencendo, na realidade, à classe capitalista, fazem parte de seu capital "coletivo".

3. As classes se distinguem, ao mesmo tempo, pelas relações de seus membros com os meios de produção; portanto, pelo lugar ocupado por seus membros e pelo "papel" que desempenham na "organização social do trabalho".

A distinção entre o "lugar ocupado" pelos agentes da produção e seu "papel" – e, em consequência, também as práticas de classe nas quais estão engajados – assume uma importância toda particular para a análise de uma formação social na qual o proletariado está no poder.

De fato, a existência da ditadura do proletariado modifica de maneira diferencial o lugar e o papel da burguesia e do proletariado: o exercício da ditadura do proletariado permite modificar cada vez mais este lugar, este papel e o sistema das práticas sociais dominantes. Assim, à mudança inicial que instaura o poder proletário mas deixa subsistir diferentes formas de separação entre o proletariado e os meios de produção podem vir ajuntar-se outras mudanças. Se a luta de classes é conduzida corretamente, o proletariado controla progressivamente – através de uma revolucionarização das relações sociais – a gestão da economia e das unidades de produção, a direção das transformações no sistema das forças produtivas, a direção dos aparelhos escolares etc.

Essas transformações são o resultado de lutas revolucionárias que permitem ao proletariado ser cada vez menos um proletariado, ou seja, desaparecendo como proletariado ao apropriar-se de todas as for-

ças sociais de que o modo de produção capitalista o havia separado. No decorrer desse processo de transformação revolucionária, o conjunto dos "lugares" e dos papéis que correspondiam aos da burguesia é transformado e os agentes da produção e da reprodução que ocupam esses lugares e preenchem esses papéis são também cada vez menos uma burguesia, embora continuem capazes de desenvolver práticas sociais burguesas que possam expulsar o proletariado das posições já conquistadas.

Todos aqueles que, no sistema da produção e da reprodução sociais, ocupam um lugar correspondente ao da burguesia e que al desenvolvem práticas sociais burguesas a despeito da existência da ditadura do proletariado constituem uma burguesia.

Logo após a Revolução de Outubro e no começo dos anos 20 na Rússia, a burguesia está maciçamente presente nos aparelhos econômicos do Estado, nos postos de direção ao nível das unidades de produção e da gestão do conjunto da economia; está presente também nos aparelhos administrativos e escolares. Historicamente, esta situação decorre da origem de classe da maioria daqueles que se encontram nesses aparelhos, mas, para além dessa origem, constituem elementos decisivos nas práticas burguesas dos ocupantes dos postos de direção e a própria estrutura dos aparelhos do Estado. Essas práticas e esta estrutura tendem a consolidar as relações capitalistas e, portanto, a existência de uma burguesia que assume a forma de uma burguesia estatal.

Tal situação está evidentemente ligada à etapa em que se encontra, nessa época, a Revolução Russa. Esta apenas começou a realizar algumas das tarefas da revolução socialista. Para que a execução dessas tarefas possa prosseguir, deve continuar a ação revolucionária do proletariado organizado em classe dominante. Isto exige a elaboração e execução de uma linha política revolucionária e, portanto, a existência de um partido proletário dirigente.

A fim de analisar as transformações que se operam logo após outubro de 1917 no lugar e papel das diferentes classes, é necessário distinguir entre os efeitos do processo revolucionário nas cidades e seus efeitos nos campos.

## Capítulo II

### A transformação das relações de classe nas cidades

A transformação das relações de classe nas cidades resulta, inicialmente, da direção da luta das massas operárias pelo partido bolchevista e, em seguida, quando os novos aparelhos estatais são implantados, ela depende também destes últimos.

Fundamentalmente, as transformações que se operam logo após outubro de 1917 e até o começo de 1923 (isto é, durante o período aqui analisado) conseguem eliminar a burguesia (e os proprietários rurais) *das posições dominantes por ela ocupada antes*, porém esta eliminação, como vimos, não é e nem pode ser total e imediata. Portanto, se a *burguesia privada* é amplamente alijada no decorrer desses anos, assiste-se à formação de uma burguesia estatal cuja existência é essencialmente determinada pelo reduzido grau de transformação do processo social de produção e reprodução, fato ligado às próprias condições da luta de classes, ao grau de urgência das diferentes tarefas que o proletariado deve executar, à maneira pela qual o partido bolchevista analisa as contradições e ao tratamento que lhes dá etc.

As mudanças que afetam as diferentes classes sociais nesse período são múltiplas; por isso, somente as principais podem ser examinadas aqui. Estudaremos de início aquelas que intervêm logo após a instauração do poder proletário, e depois as transformações ocorridas nos anos seguintes.

## Seção I

### As medidas imediatas relativas à indústria e ao comércio

No período imediatamente posterior à instauração do poder soviético, nem as massas operárias nem o partido bolchevista cogitam de "instaurar o socialismo". É preciso antes de tudo consolidar o poder proletário, realizando transformações que permitam "ganhar tempo" e desenvolvendo um "capitalismo de Estado" que possibilite dar alguns passos na direção do socialismo sem que tais transformações assumam já um caráter socialista.

Esse tipo de mudança foi concretizada com a adoção de um certo número de medidas decisivas relativas à indústria e ao comércio.

Entre estas, as mais importantes são: os decretos sobre o controle operário (publicado a 19 de novembro de 1917), formação do Conselho Superior da Economia Nacional (VSNKh), nacionalização dos bancos (publicada a 28 de dezembro), organizações de consumo (criação de cooperativas de consumo sob o controle dos soviets, publicada a 16 de abril de 1918) e sobre o monopólio do comércio exterior (publicado a 23 de abril).

#### A) AS EXPROPRIAÇÕES

Ao mesmo tempo que adota tais medidas, o governo soviético decide expropriar um certo número de empresas, sobretudo industriais ou comerciais. Entretanto, essas expropriações não constituem de modo

algum o aspecto principal da política então posta em prática, política que Lênin caracteriza empregando o termo "capitalismo de Estado". Entre outubro de 1917 e maio de 1918, a política do partido bolchevista não é de modo algum orientada para a ampliação das nacionalizações e das expropriações. Contrariamente às ilusões e às exigências dos "comunistas de esquerda", entre os quais figura Bukharin, a maioria da direção do partido sabe muito bem que multiplicar as nacionalizações e as expropriações não significa avançar no sentido do socialismo se não existem condições políticas e ideológicas necessárias para que essas nacionalizações cheguem a uma socialização efetiva. E o que Lênin explica quando escreve:

"Pode-se ser decidido ou indeciso em matéria de nacionalização e de confisco. Mas nenhuma 'resolução', por maior que seja, basta para assegurar a passagem da nacionalização à socialização..."

E mais adiante esclarece:

"... a socialização difere do simples confisco pelo fato de que se pode confiscar apenas com uma 'resolução', sem se ter competência em matéria de avaliação e distribuição racionais daquilo que foi confiscado, enquanto que não se pode socializar sem essa competência."

Essa "competência" necessária à socialização dos meios de produção deve ser adquirida pelo proletariado e seu partido, a fim de utilizar aqueles meios de maneira coordenada em escala social, também as expropriações visam antes de tudo a enfraquecer econômica e politicamente a burguesia e a combater sua sabotagem. Trata-se de uma arma na luta de classes.

A partir da primavera de 1918, o poder soviético vê-se obrigado, cada vez mais, em consequência da pressão dos trabalhadores e da hostilidade dos capitalistas industriais, a utilizar essa arma em uma proporção que não corresponde à capacidade de organizar realmente a produção sobre novas bases. Isto provoca uma crescente desorganização da indústria. O emprego paratático de controle operário e do VSNKh parece proporcionar então os dois meios de que o poder soviético poderá dispor para adquirir a "competência" indispensável para a unificação social coordenada dos meios de produção.

## B) O CONTROLE OPERÁRIO

O controle operário é constituído por um conjunto de medidas destinadas a dar à classe operária a possibilidade de cuidar do empre-

6. Cf. *Infra*, pág. 415 e seg.

7. Cf. *Infra*, pág. 336 e seg.

8. Cf. *Sur l'Inyanillisme de gauche*, in *Lenin, O.C.*, tomo 27, págs. 337 a 370; citação pág. 348.

9. *Ibid.*, págs. 348-349.

go dos meios de produção através dos organismos dela oriundos e que devem funcionar tão bem nas indústrias ainda pertencentes ao capital privado quanto nas expropriadas.

O papel que Lênin atribui em 1918 ao controle operário é essencialmente o de uma medida preliminar visando a preparar a classe operária para avançar na direção do socialismo. Assim, em *Tarefas imediatas da povoação dos soviets*, Lênin escreve:

"Enquanto o controle operário não se tornar um fato consumado... será impossível... dar o segundo passo na direção do socialismo, da regulamentação da produção pelos operários..."

O desenvolvimento concreto da luta de classes em 1917 levou à colocação do problema de controle operário sob a forma de um desenvolvimento do movimento dos comitês de fábrica. Este movimento já tomara impulso entre fevereiro e outubro de 1917 e o partido bolchevista o havia apoiado de modo decidido.

Nas semanas seguintes à Insurreição de Outubro, o partido bolchevista tenta transformar a atividade dispersa e anárquica de centenas e milhares de comitês de fábrica em um controle operário coordenado, que possa conformar-se às exigências de uma política proletária.

A tarefa não é fácil, pois, ao mesmo tempo em que cresce o número dos comitês de fábrica, cada um deles tende a multiplicar suas prerrogativas e a tratar cada fábrica como uma unidade de produção independente - propriedade coletiva de seus próprios trabalhadores - , determinando por si mesma o que produz, a quem vende e a que preço, isto quando a dominação social da classe operária sobre os meios de produção exigiria que os poderes atomizados e contraditórios desses comitês fossem subordinados a um fim político comum.

Uma coordenação social da produção é particularmente indispensável na indústria, onde cada unidade de produção executa apenas um número limitado de processos de transformação e representa somente um elo no meio de um processo de produção de conjunto altamente socializado. A sobrevivência da indústria soviética e a luta contra as forças do mercado e contra a predominância dos interesses particulares das diferentes fábricas exige, portanto, um mínimo de coordenação a priori das atividades das diferentes unidades de produção. Na falta de uma intervenção a priori, a coordenação se faz de qualquer modo a posteriori, através do mercado, ou melhor, é o resultado de relações de forças entre os diversos ramos das indústrias ou das diversas fábricas. Na prática, ela pode não se realizar; nesse caso, a produção é cada vez mais paralisada. E efetivamente o que ocorre no inverno de 1917-1918.

10. Cf. *Lenin, O.C.*, tomo 27, pág. 264, tradução corrigida pelo texto russo.

O partido bolchevista procura, então solucionar o problema da coordenação das atividades dos comitês de fábrica, precisamente instaurando o "controle operário". Este deve exercer sua atividade em uma escala mais ampla que cada comitê de fábrica e substituir a "autoridade" dividida e parcelada (e por isso mesmo ilusória) exercida pelos coletivos das diferentes fábricas por um controle de classe coordenado e coeso.

As condições existentes logo depois de outubro não tornam fácil a passagem para semelhante controle unificado. Na verdade, os trabalhadores não estão espontaneamente convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábrica por sua subordinação a uma instância exterior. Aos olhos de muitos trabalhadores, o estabelecimento de um controle mais ou menos centralizado se apresenta como uma espécie de "confisco do poder" que eles acabam de arrancar à burguesia e esperam conservar ao nível de sua própria fábrica. Esta maneira de considerar as coisas é encorajada pelos adversários da ditadura do proletariado, especialmente pelos menchevíques, que incitam as organizações sindicais sobre as quais têm influência a defender a autonomia dos comitês de fábrica, e até mesmo dos "comitês de estações" nas estradas de ferro.

Antes da Revolução de Outubro Lênin havia previsto a necessidade de controle operário em escala nacional e as dificuldades de sua realização. Assim, por exemplo, em *Les bolcheviks gardent-ils le pouvoir?*, Lênin escrevia:

"A principal dificuldade para a revolução proletária é realizar, em escala nacional, o inventário e o controle mais preciso e mais escrupuloso, o controle operário da produção e da distribuição dos produtos."<sup>11</sup>

A passagem para o controle operário e o abandono do tipo de "gestão descentralizada" e anárquica, para o qual se orientam os comitês de fábrica, chocam-se antes de tudo com a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao "cada um por si", ao egoísmo de empresa e a uma concepção abstrata da "liberdade". A este respeito, Lênin escreve por exemplo:

"A pequena burguesia opõe-se a toda intervenção por parte do Estado, a todo inventário, a todo controle, quer emane de um capitalismo de Estado ou de um socialismo de Estado."<sup>12</sup>

11. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 26, pág. 100.

12. Cf. Lênin, *Sur l'hypermobilisme de gauche*, in *O.C.*, tomo 27, pág. 351. Nota-se que, neste texto, Lênin emprega excepcionalmente a expressão "socialismo de Estado", que é uma contradição nos termos. Ele o faz para opor este ao "capitalismo de Estado", no sentido anteriormente corrente, isto é, no sentido de um capitalismo de Estado sob a ditadura da burguesia. Para designar o que chama aqui "socialismo de Estado", Lênin emprega, em geral, como se sabe, a expressão "capitalismo de Estado sob a ditadura do

A despeito da influência política exercida pelo partido bolchevista sobre os operários mais combativos, sua influência ideológica e sua implantação nas unidades de produção são ainda débeis em relação ao trabalho de persuasão que exige a transformação dos comitês de fábrica em órgãos de controle operário. Logo depois de outubro, esta transformação enfrenta grandes dificuldades, agravadas pelas reticências manifestadas por certos bolchevistas diante das limitações que o controle operário impõe aos poderes dos comitês de fábrica. No entanto, as resistências mais certas decorrem da influência que os menchevíques ou as diversas tendências anarquistas exercem sobre uma parte das massas e da qual se servem para opor o máximo de obstáculos à política bolchevista.

Essas resistências e reticências explicam a demora em adotar as decisões relativas ao controle operário, assim como a amplitude das controvérsias suscitadas por tais decisões. Alguns fatos ilustram esses problemas.

Inicialmente, havia-se previsto que o II Congresso dos Sovietes deveria proclamar a instauração do controle operário durante a reunião realizada logo após o 25 de outubro. Os decretos sobre o controle operário, e sobre a terra deveriam ter sido anunciados ao mesmo tempo; não foi isso, porém, o que ocorreu. O II Congresso dispersa-se sem que nenhuma medida seja adotada no sentido de estabelecer o controle operário. Do mesmo modo, enquanto o *Parada* de 3 de novembro publica um projeto de decreto redigido por Lênin sobre esse controle, o texto do decreto não é imediatamente submetido nem o será jamais como sua redação original) aos órgãos governamentais. Finalmente, só a 14 de novembro uma versão revista do projeto de Lênin é examinada pelo Vtsik, sendo, então, aprovado com algumas modificações.

No essencial, porém, o decreto promulgado reincorpora as principais disposições do projeto de Lênin<sup>13</sup>, especialmente em relação ao caráter obrigatório das decisões tomadas pelos representantes operários e a responsabilidade destes e dos proprietários das fábricas perante o Estado. O controle operário está inserido no sistema das soviets; os comitês ou os conselhos de fábrica são, assim, submetidos ao controle de instâncias superiores que funcionam ao nível da localidade, da província ou da região; a instituição de um Conselho de Controle Operário de Toda a Rússia, situado na cúpula desse aparelho de controle, é prevista pelo decreto.

Um dos problemas que essa legislação devia resolver era o do respectivo lugar, na organização do controle operário, dos comitês de fábrica, de um lado, e do aparelho sindical, de outro. A questão não é

proletariado". Veremos posteriormente o sentido dessa expressão e certos usos que Lénin faz dela.

13. Cf., sobre esse ponto, o tomo 26 das *O.C.*, págs. 272-273.

irrelevante, pois os comitês de fábrica emanam diretamente dos trabalhadores de cada empresa, enquanto os sindicatos (dos quais não participam todos os operários) têm uma *estrutura centralizada*, o que os torna particularmente aptos a ajudar na *instauração de um controle igualmente centralizado*, mas os faz escapar à influência direta da base. O decreto resolve o problema destinado aos sindicatos um lugar importante na organização do controle operário. Esta solução provoca o descontentamento de alguns trabalhadores que vêem nisso o estabelecimento de uma espécie de tutela, por outro lado, ela parece insuficiente a uma fração dos bolchevistas atuantes no movimento sindical; para sua opinião, aquela solução *tende a perpetuar a divisão das empresas em unidades independentes*. Assim, por exemplo, Lozovski, porta-voz dos sindicatos no VTSIK, declara: "É necessário formular as coisas de um modo absolutamente claro e categórico, a fim de que os trabalhadores de cada empresa não tenham a impressão de que esta lhes pertence."<sup>14</sup>

No começo de 1918, os textos do decreto de novembro de 1917 são quase reproduzidos na "declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado". Esta declaração, redigida por Lênin e adotada a 3 de janeiro de 1918 pelo VTSIK, confirma o controle operário "enquanto medida inicial preparatória da passagem total das fábricas, indústrias, minas, estradas de ferro e outros meios de produção e transporte, para a propriedade do Estado operário e camponês".<sup>15</sup>

Esse texto prova que na época o partido bolchevista admite que a propriedade estatal dos meios de produção só pode ser social quando for *exercido o controle das fábricas, indústrias, minas, estradas de ferro etc. pelos próprios trabalhadores*. Pouco antes de redigi-lo Lênin havia insistido na ideia de que "o recenseamento e o controle, indispensáveis para passar ao socialismo, só podem ser obra das massas".<sup>16</sup>

Nos meses de março e abril de 1918, Lênin salientará novamente e várias vezes, sobretudo em *Les tâches immédiates du pouvoir des soviets*, que o controle das massas visado por ele é diferente daquilo a que tendia a atividade dos comitês de fábrica quando procuravam gerir "cada um por si" sua empresa. O controle operário — diz ele — é o controle do Estado soviético, e não uma multiplicidade de controles dispersos. E acrescenta: "Para exercer um controle cuidadoso dos interesses do conjunto é preciso que o proletariado e os camponeses pobres encontrem em si mesmos bastante confiança, apego a seu ideal, abnegação, tenacidade; (somente então) a vitória da revolução socialista estará assegurada."<sup>17</sup>

Em consequência das diferentes decisões adotadas, as iniciativas incontroladas tomadas ao nível de cada unidade de produção tornam-se, em princípio, sensivelmente reduzidas. Na medida em que essas decisões são efetivamente aplicadas, os comitês de fábrica perdem praticamente sua autonomia, deixam de dispor de verdadeiros poderes, integram-se no controle operário central.

Em todas as empresas de certa importância (consideradas "de importância nacional"), os comitês de fábrica tornam-se responsáveis perante o Estado pela "manutenção estrita da ordem, da disciplina e da proteção dos bens";<sup>18</sup> esta *responsabilidade* pesa sobre os representantes eleitos dos operários e empregados designados para exercer o controle operário.

Essas diversas disposições provocam o descontentamento dos anarquistas e anarco-sindicalistas, que desejam transformar os comitês de fábrica em comitês de gestão autônomos, eventualmente organizados sob uma forma federativa mas sem responsabilidades perante os órgãos do Estado. Os que se opõem a tais medidas declaram, em particular, que a regulamentação do controle operário estende a tal ponto a noção de empresa de "importância nacional" que a aplicação das regras oficiais do controle operário acaba por submeter inteiramente os comitês de fábrica a uma autoridade exterior a eles.

Essa autoridade é constituída pelos diferentes órgãos a que se subordinam os organismos de base do controle operário (geralmente os antigos comitês de fábrica), ou seja, os conselhos regionais e o Conselho do Controle Operário de Toda a Rússia. Dentro dos conselhos, os representantes dos organismos de base do controle operário são minoritários. Assim, no Conselho do Controle Operário de Toda a Rússia figuram apenas cinco representantes designados pelo Conselho dos Comitês de Fábrica de Toda a Rússia, enquanto há cinco do VTSIK, cinco do Conselho Central dos Sindicatos, cinco da Associação dos Engenheiros e Técnicos, dois dos agrônomos, dois do Conselho Sindical de Petrogrado e um de cada federação sindical com menos de 100 mil membros" (dois para as federações com número de membros superior).

Nos órgãos superiores do controle operário, os representantes das organizações de base deste estão, portanto, em minoria enquanto os representantes das organizações sindicais são mais numerosos.

Mesmo assim transformada, a estrutura do controle operário mostra-se incapaz de assegurar a coordenação exigida pela grande produção industrial. Ora, a Rússia acha-se numa situação em que o

14. Cf. A. Lozovski, *Le contrôle ouvrier* (em russo), Moscou, 1918, pág. 20 citado de E. H. Carr, *The bolshevik revolution 1917-1923*, Penguin Books, 1966, tomo 2, pág. 73.

15. Citado de Lênin, O.C., tomo 26, pág. 443.

16. In *Comment organiser l'émulation*, O.C., tomo 26, pág. 427.

17. Lênin, O.C., tomo 27, pág. 273.

18. Lênin, O.C., tomo 26, pág. 273.

19. Cf. sobre esse ponto, *Les bolcheviks et le contrôle ouvrier 1917-1921* de M. Brinton, do grupo "Solidarity" de Londres, no número de set.-dez. de 1973 da revista *Auto-gestion*, pág. 74.

reabastecimento das cidades e dos campos, e em breve do *front*, requer uma produção regular e, sobretudo, tão ajustada quanto possível às exigências que se deve avalliar a partir de uma visão global da situação.

O Partido bolchevista decide "dobrar" o sistema do controle operário, pondo em ação igualmente outras formas de coordenação e direção da produção. A principal dessas formas é constituída pelo VSNK<sup>h</sup>.

De fato, nas condições surgidas a partir do início da guerra civil - e em que prevalece a palavra de ordem "Tudo pelo *front*" -, são essas formas de coordenação e de direção que predominam sobre o controle operário.<sup>20</sup> Este acaba, de algum modo, por se desintegrar, ao mesmo tempo que se decompõem os antigos comitês de fábrica. Tal decomposição parece ligada à carência de verdadeiros organizadores operários nas indústrias e que assumam realmente o controle dos problemas. Por sua vez, a falta de organizações operárias de base está ligada à relativa debilidade numérica do partido bolchevista, à incorporação (sem dúvida indispensável) de uma crescente proporção de operários mais ativos nas tarefas de organização do partido, dos aparelhos estatais e, sobretudo, das forças armadas. A falta de um estímulo sistemático por parte do partido bolchevista e a indiferença progressiva dos trabalhadores em relação aos comitês de fábrica desempenharam também seu papel. Finalmente, o controle operário, tal como foi concebido nos primeiros meses do regime soviético, cai num marasmo de que jamais desperta; sobre outras bases é que serão asseguradas a direção e a coordenação da produção industrial.

### C) O VSNK<sup>h</sup> E A COORDENAÇÃO DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO

Desde 17 de novembro (ou seja, três dias após a publicação do decreto sobre o controle operário), já se menciona a próxima criação de um Conselho de Economia Nacional. Essa menção aparece no decreto, que dissolve o Conselho Econômico e a Comissão Econômica principal, criados pelo governo provisório; tais órgãos devem ser substituídos por um Conselho de Economia Nacional. Bukharin, encarregado de preparar os textos relativos ao novo conselho, redige efetivamente o projeto de decreto cujo texto é publicado a 5 de dezembro.<sup>21</sup>

O decreto criou o "Conselho Supremo da Economia Nacional", ou VSNK<sup>h</sup> de acordo com a sigla russa, ao qual, compete "organizar a atividade econômica da nação e os recursos financeiros do governo", dirigir de maneira unificada as atividades de todas as autoridades eco-

nômicas existentes, centrais e locais, inclusive as do Conselho do Controle Operário de Toda a Rússia. Duplicam-se, de fato, as funções desta última, que consistem também em assegurar "a organização planificada da economia nacional". Além disso, o decreto incorpora o controle operário ao VSNK<sup>h</sup> (pois estipula que, entre os membros do Conselho Supremo da Economia Nacional, figurou os membros do Conselho de Controle Operário de Toda a Rússia), colocando-o em posição subordinada em relação a este.

A subordinação do controle operário ao sistema dos conselhos econômicos provoca seu desaparecimento. O próprio Lênin, fazendo o balanço das decisões tomadas durante os primeiros meses do poder soviético, constata que, partindo do controle operário, chegou-se à criação do Conselho Supremo da Economia Nacional?

Certas disposições concretas concernentes à organização do VSNK<sup>h</sup> e as relações que ele deve manter com as unidades de produção são fortemente marcadas pelas condições específicas do período no decorrer do qual o VSNK<sup>h</sup> foi criado. Tais condições favorecem o funcionamento de uma centralização administrativa, e não o centralismo democrático. Entretanto, o essencial dessas disposições - que será mantido posteriormente - encontra-se na organização da *Comissão Estatal do Planejamento*, ou *Gosplan*. Criado a 22 de fevereiro de 1921 (como apêndice da Comissão de Eletrificação de Toda a Rússia ou *Goelro*, instituída a 21 de fevereiro de 1920), o *Gosplan* não passa, inicialmente de um pequeno "órgão técnico" encarregado de efetuar estudos com o objetivo de preparar um plano econômico de desenvolvimento. Somente muito mais tarde, em fevereiro de 1925, é que o *Gosplan* disporá de órgãos "descentralizados" e substituirá, em parte, o VSNK<sup>h</sup>.

Em todo caso, durante o período de 1918 a 1923, o sistema dos conselhos econômicos (dos quais o VSNK<sup>h</sup> e o órgão superior) tornam-se o instrumento da centralização e da gestão centralizada da indústria.

Os poderes atribuídos ao VSNK<sup>h</sup> são consideráveis, pois pode confiscar, adquirir, seqüestrar qualquer empresa ou qualquer ramo da produção ou do comércio; compete-lhe centralizar e dirigir o trabalho de todos os órgãos econômicos, bem como preparar as leis e decretos concernentes à economia a fim de submetê-los ao Conselho dos Comissários do Povo. Por outro lado, o VSNK<sup>h</sup> depende diretamente deste conselho.

O VSNK<sup>h</sup> compõe-se em sua maioria, de representantes dos Comissariados do Povo, assessores por peritos escolhidos por sua

20. Cf. E. H. Carr, *The bolshevik revolution*, op. cit., tomo 2, pág. 78.

21. Cf. E. H. Carr, *The bolshevik revolution*, op. cit., tomo 2, pág. 79 e seg.

22. Cf., sobre esse ponto, a intervenção de Lênin ao III Congresso dos Soviotes, em 11 de janeiro de 1918, in *O.C.*, tomo 26, pág. 477 e seg., especialmente pág. 493.

23. Cf. *Petite encyclopédie soviétique* (em russo), Moscou, 1929, no verbete "Gosplan".

competência técnica, e possui uma dupla estrutura: órgãos centrais, ou *Glavki* (que dirige os diferentes ramos da industrial), e órgãos regionais, os Conselhos Locais da Economia Nacional (Sovmarkhoz).

"Técnicamente", o decreto que cria o VSNKh e as medidas de aplicação posteriores devem assegurar, em princípio, a coordenação da atividade das diferentes fábricas pelo Estado; ao mesmo tempo, essas medidas concedem grande autoridade à camada dos engenheiros, especialistas e técnicos, pois estes ocupam posições dominantes no VSNKh e seus anexos. Por esse decreto, essa "camada da burguesia", representada pelos especialistas", acha-se reintegrada a postos de direção, mas eles os ocupam em virtude de decisões tomadas pelo poder soviético, que pode, em princípio, retirar-lhes a qualquer momento a autoridade.

O papel assim destinado a essa camada da burguesia ganha maior importância devido à desorganização econômica, contra a qual o poder soviético deve lutar para evitar a derrocada da ditadura do proletariado. É o que acentua uma resolução do IV-Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia (março de 1918) ao colocar na ordem do dia "a luta contra o caos, a desorganização e a desintegração, consequências historicamente inevitáveis de uma guerra devastadora, ... primeiro obstáculo à vitória final do socialismo e ao reforço dos fundamentos da sociedade socialista".<sup>28</sup>

A fim de lutar contra a desintegração econômica, uma resolução do IV Congresso dos Sovietes insiste na necessidade de criar na prática em todas as direções "organismos fortes e sólidos que cubram tanto quanto possível toda a produção e toda a distribuição dos bens".<sup>29</sup>

Em decorrência desta resolução, a direção do VSNKh é remanejada. Bukharin e alguns outros "comunistas de esquerda" são aliçados dela. Entre os novos dirigentes figuram Miliutin, velho bolchevista, e Larin, antigo menchevique partidário da concentração industrial estatal e da planificação.

Assim se desenvolve um sistema de relações econômicas e políticas, constituindo um aspecto do que Lênin chamou "capitalismo de Estado", o qual, segundo ele, os operários não temem, pois sabem que são os "organizadores das grandes e gigantes empresas, dos trusts", organizadores pertencentes à classe capitalista que devem ser recrutados "enquanto especialistas técnicos", e aos quais devem ser pagos "altos salários".<sup>30</sup>

24. Para Lênin, não havia dúvida alguma do que, em seu conjunto, os engenheiros, técnicos, administradores e outros "especialistas" herdados do antigo regime, constituam uma "camada da burguesia", como diz, por exemplo, no texto *Tout contre Dénikine!* (Cf. O.C., tomo 29, pág. 453).

25. *Stezdy Sovetov R.S.F.S.R. v Postanovleniakh (1939)*, pág. 69, citado de E. H. Carr, *The bolshevik revolution, op. cit.*, tomo 2, pág. 90.

26. *Ibid.*

27. Cf. Lênin, *Sur l'infantilisme de gauche*, in O.C., tomo 27, pág. 365.

Esta concepção é defendida claramente por Lênin, em sua obra *Les tâches immédiates du pouvoir des soviets*, na qual explica que o recrutamento de "especialistas burgueses" pelo Estado soviético resulta de um "compromisso" assumido com a burguesia e cuja amplitude ultrapassa o que havia sido anteriormente previsto, mas esse compromisso é imposto por não terem os conselhos operários, os soviets e os comitês de fábrica sabido organizar a produção em escala social. E acrescenta:

"Se o proletariado, agindo por intermédio do poder dos soviets, houver conseguido (O grifo é meu - C.B.) organizar o recenseamento e o controle em escala estatal, ou pelo menos lançar as bases desse controle, semelhantes compromissos não teriam sido necessários."<sup>31</sup>

## D) A NOMEAÇÃO DOS DIRIGENTES DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO E O PROBLEMA DO DIRETOR ÚNICO *março 18*

Uma das primeiras decisões tomadas pelo VSNKh tem por objeto as condições de gestão das unidades de produção e as modalidades de designação dos dirigentes das empresas expropriadas. Esta decisão responde a um decreto de 3 de março de 1918 aplicável à indústria, pelo qual cada "direção principal" (*glavk*) encarrega-se de nomear, nas empresas dela dependentes, um comissário, representando o governo, e dois diretores (um técnico e o outro administrativo). Somente as decisões do diretor administrativo podem ser contestadas pelos comitês de fábrica ou por aquele que o representa; quanto ao diretor técnico, depende exclusivamente da direção central da indústria. Nas empresas nacionalizadas, as decisões dos comitês de fábrica ou de oficina devem ser submetidas à aprovação de um conselho econômico administrativo, no qual, conforme está previsto, os operários e empregados não podem ser maioria. Via de regra, os diretores nomeados pelos *glavki* são engenheiros e antigos dirigentes de empresas, inclusive antigos capitalistas.

28. *Les tâches immédiates du pouvoir des soviets*, in O.C., tomo 27, pág. 265.

29. Encontram-se indicações sobre as medidas acima mencionadas e sobre algumas outras nos anexos ao tomo 22 das O.C., de Lênin em russo (3ª edição), no livro do E. H. Carr, *The bolshevik revolution (1917-1923)*, tomo 2, especialmente pág. 73 e seg.; nos protocolos das sessões de VTSIK, na compilação dos decretos e decisões relativos à economia nacional publicada em Moscou (em russo) em 1918, cobrindo o período de 25 de outubro de 1917 a 25 de outubro de 1918, sobretudo nas págs. 171-172 e 311-315; num artigo de D. L. Limon, "Lénine et le contrôle ouvrier", número de dezembro de 1967 da revista *Autogestion*. De um modo geral, as medidas tomadas pelo governo soviético no domínio de controle operário e da gestão econômica acham-se resumidas para os anos de 1917 a 1921, na obra de Maurice Brinton, *les bolcheviks et le contrôle ouvrier, op. cit.* Ver também Labry, *Une législation communiste. Recueil des lois, décrets, arrêtés, circulaires, papiers du gouvernement bolcheviste*, Paris, 1920, especialmente págs. 131 a 136.

Sem antecipar demais sobre as lutas ideológicas que se desenvolvem no seio do partido bolchevista<sup>30</sup>, é necessário dar breves indicações a respeito das posições assumidas por alguns dirigentes bolchevistas em relação à nomeação dos diretores de fábricas por um organismo administrativo central. De fato, o princípio de semelhante nomeação é vivamente criticado, não apenas por uma parte dos dirigentes sindicais membros do partido, mas também por aqueles que se intitulam "comunistas de esquerda". Estes, entre os quais se encontra Bukharin, muito atuante na primavera de 1918 (seu grupo se desfaç posteriormente), batem-se contra a nomeação dos diretores de fábrica, contra a autoridade a eles concedida e contra os salários relativamente elevados que lhes são pagos. Para os "comunistas de esquerda", trata-se de uma violação dos princípios afirmados nas *Teses de abril*, segundo os quais os funcionários não deveriam receber um salário superior ao salário médio do operário, e deveriam ser eleitos e destituíveis por seus eleitores.

Lênin não nega, evidentemente, que o decreto sobre a direção das empresas está em contradição com alguns dos princípios enunciados nas *Teses de abril*, mas salienta que se trata de *medidas provisórias* e *impostas pela necessidade de pôr em funcionamento as empresas e de permitir lutar contra "o estado de delinqüência do poder proletário na vida prática"*<sup>31</sup>.

Para Lênin, essas medidas correspondem a um "passo atrás", momentâneo mas indispensável nas condições existentes que, segundo ele, não permitem "ainda" ao socialismo progredir "à sua maneira... por métodos soviéticos". O "passo atrás" de que fala Lênin aqui define-se como um reforço do *capital* (embora não haja restabelecimento da propriedade jurídica dos capitalistas nas empresas estatais), "pois o *capital não é uma soma de dinheiro, mas relações sociais determinadas*". A posição de princípio de Lênin é, portanto, clara, e é muito importante frisar isso pois o "passo atrás" dado então; e o reforço das relações capitalistas que lhe corresponde; não deram lugar, mais tarde, à adoção de medidas conformes aos "métodos soviéticos"<sup>32</sup> e às *Teses de abril*.

Em sua obra *Sur l'infantilisme de gauche*, publicada em maio de 1918, Lênin volta ao problema da nomeação dos diretores de empresas e se refere ao fato de antigos capitalistas serem, às vezes, nomeados para essas funções, declarando:

30. Estas serão analisadas mais adiante. Cf. sobretudo pág. 368 e seg.

31. Cf. o texto *Les tâches immédiates du pouvoir des soviets*, O.C., tomo 27, pág. 268.

32. *Ibid.*, págs. 256-257.

33. *Ibid.*, pág. 257 (sublinhado por mim - C.B.).

34. Certos aspectos desse problema são discutidos (em relação às transformações operadas na China no decorrer da Revolução Cultural) in Ch. Dettelheim, *Révolution culturelle et organisation industrielle en Chine*, Petite Collection Maspero, Paris, 1973, págs. 83-86.

"O poder soviético confia a direção aos capitalistas, não enquanto capitalistas, mas enquanto especialistas-técnicos ou organizadores, mediante salários elevados (...). Os operários sabem perfeitamente que 99% dos organizadores das grandes e gigantes empresas, trustes ou outros estabelecimentos, pertencem à classe capitalista, e também os melhores técnicos; mas são precisamente eles que nós, de partido proletário, devemos empregar enquanto 'dirigentes' do processo de trabalho e de organização da produção, pois não há mais ninguém que conheça a questão, na prática, por experiência (...). Os operários (...) não temem o grande 'capitalismo de Estado', pois o consideram como seu instrumento *proletário*, que seu poder soviético usará contra a desordem e a confusão que caracterizam a pequena propriedade."

Esta citação deixa claro que, para Lênin, a nomeação de "especialistas-técnicos" para a direção das empresas estatais, onde são dotados de poderes consideráveis e recebem salários elevados, constitui também um aspecto do que ele chama de "capitalismo de Estado".

Posteriormente (de 1918 a 1920), as condições do período de guerra civil e de intervenção estrangeira levam o poder soviético a destinar um lugar importante aos administradores experimentados e, correlativamente, a reduzir as funções dos comitês de fábrica. As resoluções do IX Congresso do partido bolchevista confirmam essa orientação. Nesse congresso, Lênin insiste na necessidade "de ter para a administração, a organização do Estado, homens habituados à técnica de administração, dotados de uma experiência econômica e governamental", e acrescenta: "Esses homens, nós só podemos recrutar na classe que nos precedeu."<sup>35</sup>

O IX Congresso determina também que, daí em diante, os comitês de fábrica devem se consagrar, essencialmente, às questões de disciplina do trabalho, de propaganda e de educação dos trabalhadores<sup>36</sup>.

Trotsky e Bukharin (este rompendo então com suas posições de 1918) figuram entre aqueles que mais tentaram "teorizar" sobre as formas de organização postas em prática nessa época<sup>37</sup>. Esforçam-se para atribuir um alcance "socialista" geral a medidas que se inscrevem antes de tudo em uma conjuntura muito particular.

Bukharin vê nessas medidas uma passagem direta ao comunismo. Tentando conciliar posições que havia tomado nos meses de março e abril de 1918, enquanto "comunista de esquerda", com suas atuais posições favoráveis a um centralismo extremo e à direção única, ele escreve que em um período durante o qual o centro de gravidade da ação proletária - em sua opinião - "deslocou-se para a economia", é neces-

35. Lênin, O.C., tomo 27, pág. 365.

36. Lênin, O.C., tomo 30, págs. 470-471.

37. Encontram-se as resoluções adotadas pelo IX Congresso do PC(b)R na edição de 1935 das obras de Lênin em francês, tomo 25, pág. 618 e seguintes.

38. Cf. *infra*, pág. 345 e seg.

sário reestruturar os aparelhos econômicos originários da primeira fase das lutas operárias. Essa reestruturação deve provocar "um recuo das relações de camaradagem e, em certos casos (em uma ou outra empresa etc.), a adoção de uma direção única". Esta - diz Bukharin - "não significa nem uma redução dos direitos da classe operária nem do papel de suas organizações. Ela representa a *força* concentrada, intensificada da gestão proletária da indústria"<sup>39</sup>.

Bukharin prossegue afirmando que uma vez "resolvido, no essencial... o problema da consolidação da posição de classe do proletariado", não há mais necessidade de "dar ênfase à transformação das relações de produção, e sim à adoção de uma forma de gestão que garanta um máximo de competência. O princípio de uma ampla elegibilidade pela base (ordinariamente pelos próprios operários da fábrica) é substituído pelo princípio da *seleção* cuidadosa... que leva em conta... a competência... para o pessoal técnico e administrativo". Daí em diante - declara ainda Bukharin -, coloca-se à frente das empresas "pessoas responsáveis", inclusive engenheiros e administradores profissionais, pois estes não podem "preencher nenhuma outra função a não ser as que o proletariado exige"<sup>40</sup>. O problema da transformação das relações de produção e o da possibilidade de ver diretores estranhos à ideologia proletária não serem submetidos à direção e ao controle diretos das organizações de base do partido e dos trabalhadores ficam assim "regulamentados" como por encanto.

A evolução das concepções de Bukharin não deve surpreender. Ela testemunha a profunda unidade das posições "diretistas" e das posições "esquerdistas", unidade que justifica a caracterização dessas posições como sendo, de fato, "diretistas-esquerdistas"<sup>41</sup>.

Lênin condenou severamente o extremismo "diretista-esquerdistas" de Trotski e de Bukharin, especialmente em seu discurso de 30 de dezembro de 1920, publicado sob o título de *Les syndicats, la situation actuelle et les erreurs de Trotski*<sup>42</sup>, no qual salienta que podem

39. Cf. Nikolaj Bukharin, *Oekonomik der Transformationsperiode*, Rewehlt Hambourg, 1970, pág. 128.

40. *Ibid.*, págs. 128-129.

41. A mudança das posições de Bukharin entre 1918 e 1920 mostra uma mesma concepção "mecanicista", não dialética, do marxismo. Em virtude dessa concepção, a base econômica e a superestrutura não têm autonomia relativa, não constituem uma unidade contraditória, mas uma totalidade em que cada parte exprime a estrutura do conjunto. Em 1918, essa concepção leva Bukharin a afirmar que a existência de uma disciplina capitalista nas fábricas equivalia à negação da ditadura do proletariado; em 1920, essa mesma concepção leva-o a dizer que a existência da ditadura do proletariado garante o caráter socialista da gestão das indústrias. Da mesma maneira, a falta de concepção dialética sobre o que é uma unidade contraditória impede Bukharin, na discussão por ele mantida com Lênin no final de 1920, de compreender que o Estado soviético é, nessa época, um Estado operário-camponês, em sua opinião, ele deve ser *ou* operário *ou* camponês.

42. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 11 e seq.

surgir contradições entre os trabalhadores e os dirigentes das empresas. Lênin esclarecerá mais tarde que, em certas condições, o recurso à greve pode ser justificado mesmo sob a ditadura do proletariado"<sup>43</sup>.

Os mesmos erros "diretistas-esquerdistas" cometidos por Trotski e Bukharin reaparecem muito particularmente durante a aplicação dos planos quinquenais, sobretudo em certos textos de Stálin<sup>44</sup> (que, na controversia do inverno de 1920-1921, se opunha contudo, a Trotski e Bukharin e apoiava Lênin). Assim, cada vez mais tomará corpo um conjunto de concepções que estão em contradição com o marxismo revolucionário. Essas concepções encontram uma de suas formas mais acabadas no *Manual de Economia Política* da Academia de Ciências da URSS<sup>45</sup>. Bastará apenas mais um passo para chegar às teses revisionistas.

43. Lênin, *O.C.*, tomo 33, págs. 187-188.

44. Em 1936, em seu relatório sobre a constituição soviética, Stálin afirma que as classes desapareceram na URSS e proclama, como um princípio: "Os quadros decidem tudo".

45. Cf. *Manuel d'économie politique* da Academia das Ciências da URSS, publicado em Paris, Éditions Sociales, 1956, de acordo com o texto da edição russa original.

### Capítulo III

## A transformação das relações de classe no campo

No período de 1917 a 1923, a transformação das relações de classe no campo é também o resultado de um processo revolucionário que assume fundamentalmente um caráter democrático. Esse processo, decorrente da aliança do proletariado com o campesinato, operou-se sob a ação das massas camponesas, ação protegida e consolidada pela ditadura do proletariado que sustenta a revolução democrática no campo.

Uma das primeiras medidas – e das mais importantes – adotadas logo após a implantação do poder soviético é o “decreto sobre a terra” (ratificado desde 26 de outubro de 1917 pelo II Congresso dos Sovietes da Rússia), que aboliu toda propriedade privada do solo: as terras dos proprietários rurais, do Estado e da Igreja são postas à disposição dos comitês de distritos e dos soviets de camponeses. Através dessa medida, o governo soviético mostra concretamente que é o governo dos operários e camponeses. O Estado soviético demonstra, claramente, que, ao contrário do Estado anterior, não protege os interesses dos proprietários rurais e dos burgueses, mas os expropria de suas terras. Além disso, o poder soviético encoraja os camponeses a tomarem, *por si mesmos*, a terra e a se *organizarem* para regulamentar as condições de sua utilização.

A importância do decreto de outubro é, portanto, imensa. Confiando pela prática que o novo poder não é o das classes exploradoras, ele contribui para atrair ao campo da revolução soviética as camadas hesitantes do campesinato, para as quais o problema da terra (assim como o da paz que o poder soviético proclama estar pronto a assinar

imediatamente) é absolutamente vital. A revolução proletária das cidades garante, assim, um revigoramento do movimento revolucionário dos camponeses.

O próprio conteúdo do “decreto sobre a terra” e dos textos de aplicação que o acompanham e o seguem não corresponde ao programa anterior do partido bolchevista. Ele coincide quase integralmente com um primeiro projeto de decreto elaborado em agosto de 1917 pelo Congresso dos Camponeses de Toda a Rússia, o qual foi amplamente dominado pelo Partido Socialista Revolucionário.

Aos bolchevistas que protestam contra a adoção, por seu partido, de disposições cujo caráter democrático burguês, não socialista, ele havia anteriormente denunciado – pelo fato de, ao invés de abolir a exploração privada da terra e favorecer o desenvolvimento de grandes unidades de produção socialistas, estimula a multiplicação das pequenas unidades –, Lênin responde que essas disposições são “a expressão da vontade absoluta da grande maioria dos camponeses conscientes de toda a Rússia”<sup>1</sup>.

Um dos aspectos mais notáveis do decreto de outubro – e, em menor proporção, da lei promulgada a 19 de fevereiro de 1918, a chamada lei da “socialização da terra” – é que ele não pretende impor de cima aos camponeses regras estritas concernentes à atribuição da terra. O partido bolchevista é, sem dúvida, favorável às formas de exploração coletiva do solo; porém, espera que os camponeses as adotem a partir de sua própria experiência. Mais uma vez Lênin pede aos bolchevistas que *confiem nos camponeses*, ao declarar o seguinte, em seu discurso ao II Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia:

“Aplicando o decreto na prática, aplicando-o “in loco”, os camponeses compreenderão, por si mesmos, onde está a verdade... a vida é o melhor dos educadores: ela mostrará quem tem razão: os camponeses, por um lado, e nós, por outro, trabalharemos para resolver essa questão. A vida nos obrigará a nos unirmos por uma mesma obra revolucionária, na elaboração de novas formas de Estado. Devemos seguir a vida, devemos oferecer às massas populares inteira liberdade de criação.”<sup>2</sup>

As decisões tomadas no fim de 1917 e começo de 1918 pelo poder soviético não são simples “textos legislativos”; são apelos às massas. Elas confiam na experiência e no trabalho paciente dos bolchevistas que ajudarão os camponeses a compreender qual é a sua melhor forma de organização social. Elas abrem o caminho para algo mais do que uma simples transferência de propriedade jurídica: uma revolução nas

1. Cf. sobre esse ponto o relatório de Lênin a respeito da terra, datado de 26 de outubro de 1917, in *O.C.*, tomo 26, pág. 265.

2. E também o caso dos SR partidários da nacionalização do solo, medida que Lênin considerava, até a instauração da ditadura do proletariado, apenas como a “última palavra” da revolução burguesa.

3. Cf. *ibid.*, pág. 269.

relações de produção. E o movimento das massas que, levando em conta as condições objetivas e subjetivas, determina as novas relações de produção que emergem da luta de classe desenvolvida no campo. Uma vez que essas novas relações edificam-se a partir da destruição das relações antigas, só se pode compreender a natureza do processo revolucionário em curso no campo se se considerar as condições concretas das lutas e da especificidade das relações sociais aí outrora dominantes, e que só parcialmente foram destruídas no decorrer do período de 1917 a 1922.

## Seção I

### A especificidade das antigas relações sociais no campo

As relações sociais e as relações de classes existentes no campo às vésperas da revolução são de uma extrema complexidade e, ainda por cima, pouco conhecidas. O essencial da "documentação" capaz de lançar certa luz sobre a realidade rural da Rússia pré-revolucionária provém dos especialistas burgueses: os estatísticos dos *zemstvo*<sup>4</sup> e os economistas rurais; uns e outros descrevem a fração da realidade rural com a qual se relacionam do ponto de vista de sua prática de classe e nos termos de sua própria ideologia. Daí a grande dificuldade encontrada pelos bolchevistas para "traduzir" em termos de relações de produção os "conhecimentos" provenientes desses especialistas.

Lênin é certamente o dirigente bolchevista que realizou de forma mais sistemática o trabalho sobre a documentação existente. Por isso, ele consegue destacar a importância das tendências ao desenvolvimento do capitalismo nos campos da Rússia czarista; dedica-se à análise desse problema desde seus primeiros textos, entre os quais *Nouvelles transformations économiques dans la vie paysanne. A propos de la question dite des marchés*<sup>5</sup> -, etc., consagra-lhe um de seus principais trabalhos econômicos - *Le développement du capitalisme en Russie* - e volta

4. O *zemstvo* - administração local ou provincial da antiga Rússia - era dirigido por uma assembleia eleita pela nobreza e classes possuidoras. As estatísticas agrícolas e agrárias eram elaboradas pelos funcionários dos *zemstvo*.

5. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo I, págs. 17 a 140.

a discutido nas numerosas polémicas mantidas com os populistas e os SR.

Lênin mostra que a complexidade das relações sociais existentes no campo russo e a pluralidade das formas que aí assume o desenvolvimento capitalista no fim do século XIX e início do século XX resultam da existência de uma camada dinâmica de camponeses capitalistas que deixaram as antigas propriedades rurais em capitulistas exploradores. Mostra também como, *no próprio seio das comunidades camponesas*, o capitalismo toma corpo.

A existência da comunidade camponesa, do *mir*, constitui uma das especificidades do campo russo que deram lugar a numerosas lições e discussões.

O *mir* é uma comunidade que funciona ao nível do povoado. Ele se apropria das terras dos camponeses<sup>6</sup> e as distribui entre seus membros segundo diversos critérios que supostamente mantêm uma certa "igualdade" entre as diversas famílias camponesas. A partir do último quartel do século XIX, a lei proíbe as distribuições efetuadas com menos de 12 anos de intervalo.

A unidade para efeito de distribuição é a família. A área recebida por cada família corresponde, em princípio, a uma fração determinada da terra do povoado a que essa família pertence (sem levar em conta as florestas e pastagens que formam terras comuns não distribuídas). A fração é estabelecida, levando-se em conta o "número" de membros de cada família, mas, dependendo do povoado, esse "número" corresponde ao número de "bocas" que a família tem de alimentar, as de pessoas capazes de trabalhar, e pode igualmente ser fixada, levando-se em consideração os meios de produção à disposição da família, sobretudo a quantidade de animais de tração que ela possui. As pesquisas efetuadas na época mostram que, muitas vezes, as famílias ricas (geralmente mais numerosas, principalmente por ser comum, entre elas, a prática da adoção) são as mais favorecidas por ocasião da distribuição das terras. Além disso, as famílias pobres (aquelas que não dispõem de instrumentos de trabalho suficientes) são freqüentemente obrigadas a arrendar as terras que lhes são atribuídas, e seus membros válidos empregam-se como assalariados. Por isso, um punhado de famílias ricas domina os povoados.

Essas desigualdades prendem-se, assim, ao fato de que por trás da fachada "comunitária" do *mir*, a realidade fundamental é o *trabalho parcelado*, a cultura e criação de animais *individual*, a *propriedade pri-*

6. Calcula-se geralmente que no começo do século as glebas assim distribuídas representavam cerca da metade das terras cultivadas; o resto correspondia às terras dos proprietários rurais, dos camponeses desligados do *mir*, às terras de "colonização" (principalmente situadas nas regiões conquistadas há um século pela Rússia czarista), bem como às terras do Estado, da coroa e das instituições religiosas.

vada dos instrumentos de trabalho, especialmente dos animais de tração. Assim, como já observa Marx em 1881, o *mir* se decompõe por dentro, pois "o trabalho parcelado é uma fonte de apropriação privada que dá lugar à acumulação de bens móveis", ou seja, a uma *diferenciação social*. Esta afeta necessariamente o funcionamento da assembleia camponesa que regulamenta os "assuntos comuns" e a redistribuição das terras. Pouco a pouco, o *mir*, originariamente "igualitário" torna-se um instrumento de consolidação e de reprodução das desigualdades econômicas e sociais. No fim do século XIX e início do século XX, esse desenvolvimento é favorecido pelos proprietários rurais, aos quais o *mir* praticamente se subordina, e pelo desenvolvimento geral do capitalismo.

Os populistas e SR tentam negar essa evolução, interpretando de maneira unilateral o prefácio de 1882 à tradução russa do *Manifesto comunista*, em que Marx e Engels<sup>7</sup> escreveram:

"Se a Revolução Russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que as duas se completem, então a propriedade comum do solo na Rússia pode tornar-se o ponto de partida para um desenvolvimento comunista."

Ai repete-se, além disso, o que Marx já havia dito um ano antes numa carta a Vera Zassulitch. Contudo, nessa carta, Marx salienta a amplitude das forças internas de *decomposição* do *mir*, *assim como as que o atacam do exterior*. Em 1881, Marx já observa que a "comunidade rural" está "quase reduzida a nada"<sup>8</sup>.

Treze anos mais tarde, em 1894, Engels constata que no decorrer dos anos passados, "o capitalismo e a dissolução da comunidade camponesa fizeram enormes progressos na Rússia"<sup>10</sup>.

7. Carta de Marx a Vera Zassulitch (março de 1881), 3º rascunho. Cf. Marx, *Oeuvres*, tomo 2, Éditions de la Pléiade, Paris, 1968, pág. 1564.

8. Entre esses textos destacam-se, em primeiro lugar, dois artigos escritos por F. Engels em 1875 para o *Volkstaat* de 16 e de 21 de abril. Esses artigos, que tiveram seu conteúdo aprovado por Marx, foram reunidos com alguns outros e publicados no livro intitulado *Sozialen in Rußland*, com um importante prefácio. A coletânea foi publicada (em russo) em Genebra, em 1894, sob o título de *Friedrich Engels o Russi*, com prefácio de Plekhanov. Em segundo lugar, a correspondência de Marx com Vera Zassulitch, cujo principal elemento é uma carta de março-abril de 1881, da qual existem três rascunhos; o último destes é praticamente igual à carta efetivamente enviada. Na mesma época, Marx redigiu notas não publicadas conhecidas como "Notas sobre a reforma de 1861 e os desenvolvimentos correspondentes na Rússia".

Os textos de Engels de 1875 encontram-se em Marx-Engels Werke, tomo 18, págs. 556-567 e 584-586, e tomo 22, págs. 421-435. Os de Marx, in *ibid.*, tomo 19, págs. 384-406 e 407-425. As cartas a Vera Zassulitch foram publicadas em francês na tradução da Pleiade, K. Marx, *Oeuvres*, tomo 2, e em *L'homme et la société*, julho-setembro de 1967.

9. Carta a Vera Zassulitch, in *Oeuvres*, op. cit., tomo 2, pág. 1572.

10. Engels, in Marx-Engels Werke, tomo 22, Dietz Verlag, Berlim, 1963, pág. 432.

Lênin, mostrando os efeitos do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, prolonga, com uma análise concreta, as observações de Marx e Engels, e ao mesmo tempo, adverte (por exemplo, num artigo escrito em 1905 intitulado "Do populismo ao marxismo") contra as ilusões dos populistas que acreditam poder revitalizar as antigas comunidades camponesas estimulando diversas "reformas". A esse respeito, escreve:

"Os camponeses 'proprietários-burgueses' (e trabalhadores ao mesmo tempo) já tiraram partido da frasco-logia socialista dos intelectuais populistas, democratas, que, com seus artífis, suas cooperativas... seus depósitos de *zemstvos*, seus bancos, pretendiam preservar as tradições e os costumes dos camponeses trabalhadores e, na verdade, encorajaram o desenvolvimento do capitalismo no seio da comunidade camponesa."<sup>11</sup>

Não será demais acrescentar às numerosas estatísticas citadas por Lênin e que demonstram o desenvolvimento do capitalismo nos campos, outras colhidas em autores desejosos de "provar" que o *mir* funcionava *realmente* como um "instrumento de igualização" e, no entanto, provavam o contrário. É o caso das estatísticas de T. Shamin, que demonstraram que na província de Kalunga, em 1894, a superfície *por cabeça* variava na proporção de 1 a 26 (ou na proporção de 1 a 3 se não levarmos em conta a categoria dos camponeses sem terra) e indicam que são as famílias mais numerosas – as dos *camponeses ricos* (aumentadas, como se sabe, pela prática da adoção) – que dispõem do *máximo de terra por cabeça*<sup>12</sup>.

As estatísticas relativas à "história das famílias", embora geralmente elaboradas com o objetivo de provar também que aquelas passam por um "ciclo de dimensões sucessivas" (em consequência das redistribuições de terras entre as famílias) indicam que na verdade não é nada disso: assim, uma das estatísticas mostra que após 30 anos (entre 1882 e 1911), 75% das famílias que detinham originariamente menos de 6 deciatinas permanecem na mesma categoria e que fato idêntico ocorre em relação a cerca de 2/5 dos lares que possuíam mais de 9 deciatinas<sup>13</sup>.

A análise da diferenciação social no campo mostra que o *mir* não representa um verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo; sua existência suscita, porém, um certo número de problemas, pois *assegura a reprodução de relações sociais específicas* que é preciso levar em conta para compreender as formas assumidas pela luta de

classes no campo russo e depois soviético. De fato, embora fortemente minado por contradições internas, o *mir* subsiste ainda por ocasião da Revolução de 1917, e depois dela exerce efeitos não negligenciáveis sobre a maneira como a revolução se desenrola no campo e sobre o funcionamento posterior da NEP.

O *mir* constitui um aparelho político e ideológico que dá ao camponato a possibilidade de agir de maneira relativamente "autônoma". Após outubro de 1917, devido à débil presença do partido bolchevista no campo, esta "autonomia" relativa permite aos elementos ricos do povoado dominar mais facilmente os camponeses pobres e médios. Não se deve esquecer, na verdade, que, no fim de 1917, o partido bolchevista possui apenas 203 células camponesas com 4 122 membros, e em 1918 tem 2 304 células com 14 792 membros. Mesmo nessa época há, portanto, um número ínfimo de células "camponesas" e seus efetivos (constituídos, em grande escala, de funcionários rurais, como os professores) representam apenas 5% dos efetivos totais do partido.

Os efeitos da existência do *mir* e a especificidade das relações sociais que lhe correspondem devem merecer ainda mais atenção pois a ilusão que faz do *mir* um "modo de produção" específico e um instrumento de "igualização" social continua a ser bastante difundida. Em resumo, deve-se destacar os seguintes pontos:

1. O *mir não corresponde a um modo de produção* (a uma maneira determinada de produzir); é um *aparelho político* de redistribuição da terra que *assegura não uma cultura coletiva, mas uma cultura individual*. Em consequência, cada produtor faz "o que quer" de sua produção, pode sobretudo *vender* seus produtos e *acumular* "livremente". É verdade que o *mir* impõe certas regras a seus membros, mas estas destinam-se a *facilitar a cultura individual* das diferentes parcelas, o que nada tem a ver com uma cultura coletiva. O único "resíduo" de um antigo modo comunitário de produção é constituído por algumas práticas de auxílio mútuo entre vizinhos. Estas são, porém, limitadas e, muitas vezes, transformadas pelo desenvolvimento das trocas que leva ao *pagamento* dos serviços prestados.

2. O *mir*, enquanto aparelho político, não é evidentemente "neutro". Ele é o campo da luta de classes que se trava em seu seio e sofre os contragolpes da luta de classes que se desenrola em escala social. De um modo geral, o *mir* é dominado pelos camponeses mais abastados (muitas vezes eleitos chefes do povoado ou membros dos órgãos permanentes da administração), que se servem dessa denominação para perpetuar sua situação privilegiada; isto se faz igualmente sentir no tocante à redistribuição das terras, a despeito dos "princípios igualitários" que supostamente a presidem. Os efeitos *relativamente limitados* da repartição das terras efetuada entre 1917 e 1922 parecem confirmar que a dominação dos camponeses mais abastados sobre o *mir* manteve-se, mesmo no decorrer desses anos de luta de classes aguda.

11. Lênin, *O.C.*, tomo 8, págs. 79-80.

12. Cf. T. Shamin, *The awkward class*, Oxford, 1972, pág. 64, citado por M. Gramsch numa tese da EPHE *Contribution à l'étude du développement du capitalisme en Russie*, pág. 42.

13. Cf. A. V. Chayanov, *The theory of peasant economy*, Homewood, 1966, pág. 67. N.B.: Essas estatísticas foram levantadas em um distrito (Quezd). Uma deciatina = 1,0925 hectare.

3. A existência da *mir* e do *skhod* (assembleia-geral dos camponeses) assume também a *forma de uma comunidade rural*, que tende a transformar cada povoado em um *pequeno mundo isolado*, separado dos outros e dispondo de suas próprias autoridades. A experiência histórica mostra que essa forma estimula um "patriotismo de povoado" (um *egoísmo local*), que tem como contrapartida uma profunda indiferença pelo que se passa fora. Historicamente, o *mir* foi o terreno onde se desenvolveu a *autocracia czarista*. O czarismo constituiu o instrumento "de unificação", essencialmente formal, das comunidades rurais. Garantindo a "defesa militar" destas, o czarismo estabeleceu entre elas um elo exterior que lhe permitiu subjugá-las. E, além disso, significativo que a maior parte das revoltas camponesas tenham sido dirigidas contra os proprietários e não contra o czar. Até a época imperial, o czar *apresentava-se* aos camponeses como um "recurso" contra os proprietários rurais; quando eram mobilizados, os camponeses não pensavam em lutar "pela Rússia", mas "pelo czar". O *mir*, articulado sobre a *família como unidade de produção*, contribui para o fortalecimento do "individualismo pequeno-burguês". Esse individualismo, combinado ao *egoísmo local* engendrado pelo funcionamento do *mir*, explica a relativa indiferença que os camponeses demonstraram durante o "comunismo de guerra" diante das dificuldades esmagadoras das cidades privadas de alimentos.

4. Enquanto desigualdades importantes se reproduzem, em escala crescente, através das *formas igualitárias* (que, além disso, só dizem respeito praticamente à terra), as quais contribuem também, ao nível ideológico, para reforçar um igualitarismo e um individualismo pequeno-burguês. Um e outro assumem, assim, dimensões excepcionais, em *detrimento dos próprios interesses dos camponeses*; isto conduz sobretudo a um "miniparcelamento" (a fim de que cada camponês possua um pedaço de terra *de cada qualidade*), que obriga alguns camponeses a fazer grandes percursos e provoca a perda de importantes extensões de terra para a cultura. Ele contribui também para imobilizar durante séculos (e mesmo após a revolução) os métodos agrícolas: é, assim, uma das fontes dos baixos rendimentos e das fomes que atingem o campesinato.

Não se pode excluir totalmente a possibilidade de que, se o partido bolchevista houvesse estado mais presente nos campos e soubesse tirar partido do que restava de tradições comunitárias no *mir*, este teria talvez podido constituir o ponto de partida de uma agricultura coletiva. Contudo, se Marx e Engels expressaram dúvidas a esse respeito no final do século XIX, há razões ainda mais numerosas para duvidar que semelhante hipótese tivesse sido possível por ocasião da Revolução de Outubro; o *mir* sofrera uma decomposição ainda maior, tinha-se tornado uma forma que dissimulava uma realidade totalmente diferente da que apresentava.

## Seção II

### A revolução agrária democrática e a esperança de uma revolução agrária socialista

O "decreto sobre a terra" e os textos posteriores do poder soviético deram um impulso suplementar ao movimento que os camponeses haviam empreendido por si mesmos durante o ano de 1917 para se apropriarem das terras dos proprietários rurais.

#### A) A REVOLUÇÃO AGRÁRIA DEMOCRÁTICA DO INVERNO DE 1917-1918

Durante o inverno de 1917-1918 e nos meses seguintes, os camponeses - daí em diante apoiados pelo poder soviético - retomam (essencialmente através do *mir*) a maior parte<sup>14</sup> das terras dos proprietários rurais, do Estado e da Igreja. Essas terras representam uma vasta área, pois os grandes proprietários rurais detinham, em 1916, 40% de toda a superfície considerada como cultivável da Rússia<sup>15</sup>.

Simultaneamente, os camponeses retomam também (em geral através do *mir*) uma fração (não avaliada) das terras dos camponeses ricos. Trata-se das terras daqueles camponeses ricos que se haviam separado do *mir* logo após as reformas de 1861 e de 1906. Além disso,

14. Uma parte das terras constitui de fato um "fundo estatal" destinado a servir de base a "fazendas soviéticas" (ou fazendas estatais).

15. A. M. Anfimov, *La campagne russe pendant les années de la Première Guerre Mondiale* (em russo), Moscou, 1961, págs. 88-91, citado de uma tese da Escola Prática de Aíos Estudos: Sigrid Frosskopf, *Le problème des céltates en Russie et la NEP* (apresentado em setembro de 1970), pag. 73.

são mal conhecidas as áreas de que esses camponeses dispõem às vésperas de outubro<sup>16</sup>, e menos ainda as que lhes foram retomadas após outubro<sup>17</sup>. Em todo caso, tais redistribuições contribuem também para melhorar sensivelmente a situação de uma parte do campesinato<sup>18</sup>.

As terras retomadas por cada *mir* são distribuídas entre as famílias camponesas a fim de serem cultivadas individualmente. O cultivo individual é, portanto, mantido, pois os estímulos à cultura em comum proporcionados pelo partido bolchevista e o poder soviético tiveram então pouco efeito.

Uma avaliação quantitativa dos resultados desse processo de transformação revolucionária, desencadeado pelo movimento das massas camponesas apoiadas pelo poder soviético, só é possível em 1919. Nesse momento, de acordo com as estatísticas soviéticas, sem dívida muito aproximativas, 96,8% das terras cultivadas estariam nas mãos dos camponeses que as trabalham *individualmente* (no quadro do *mir* ou fora dele), 0,5% seriam cultivadas por cooperativas agrícolas e 2,7% por fazendas estatais<sup>19</sup>. A revolução agrícola teve, portanto, o caráter de uma transformação *democrática, e não de uma transformação socialista*.

Essa revolução agrária não transformou profundamente o funcionamento do *mir*. A repartição das terras continua a ser feita com base na "família" (o "lar" camponês) e de acordo com os critérios anteriores. As raras informações disponíveis sugerem que, durante a repartição das terras, a "autonomia" dos camponeses ricos (detentores do gado e de material) continuou a se fazer sentir. De modo geral, porém, em consequência do acirramento da luta de classes e da retomada da

16. As vésperas da Revolução de Outubro, calcula-se que em 47 províncias da Rússia européia cerca de 10% dos famílias camponesas haviam-se desligado do *mir*, mas em certas regiões essa percentagem atinja de 20 a 30%. Cf. Olga A. Narkiewicz, *The making of the soviet state apparatus*, Manchester University Press, 1970, pág. 118.

17. As médias têm aqui pouca significação, pois a amplitude das desapropriações varia enormemente segundo as regiões. Essas variações dependem da importância relativa das explorações que se tinham separado do *mir* antes da revolução e (numa proporção bastante reduzida, pois assim também era sua implantação) da ação que o partido bolchevista pôde exercer. Parece que nas regiões onde as explorações "separadas" ("Otrubny" e "Khutora") eram relativamente numerosas, elas foram menos afetadas que em outras (pois a fração do campesinato desligado do *mir* representava aí uma força social real); assim, na província de Petrogrado, onde esse tipo de exploração (constituído em grande parte por verdadeiras fazendas capitalistas) representava 28,7% do total das explorações em 1916, corresponde ainda a 22,7% em 1922. (Cf. G. Charapov, *La question agraire en Russie au lendemain de la Révolution d'Octobre*, em russo), Moscou, 1906, págs. 140 a 150.)

18. O conjunto da Rússia européia, as terras à disposição do campesinato seriam aumentadas em cerca de 50%. (Cf. L. Velin, *A Century of russian agriculture*, Cambridge, Mass., 1970, pág. 133.)

19. Cf. A. Polakov, "Les transformations socio-économiques agraires de la Révolution d'Octobre (1917-1920)", em *Histoire de la paysannerie soviétique et de la construction kolchozienne en URSS* (em russo), pág. 15, citado por Olga A. Narkiewicz, *ibid.*, pág. 27.

maior parte das terras de fora do *mir*, a proporção dos camponeses pobres diminui, assim como as desigualdades sociais, mas subsiste apesar de tudo uma massa considerável de camponeses pobres nos quais o partido bolchevista tenta apoiar-se especificamente a partir de junho de 1918, a fim de desenvolver a luta de classes no campo, de combater os camponeses ricos (os *kulaks*) e sua influência econômica e política.

#### B) A TENTATIVA DE DESENVOLVIMENTO DE UM MOVIMENTO AUTÔNOMO DOS CAMPONESES POBRES NO VERÃO DE 1918

A vontade do partido bolchevista de se apoiar nos campos, principalmente nos operários agrícolas e camponeses pobres (o semiprotariado rural), é afirmada em seu programa, assim como lembrada nas *Teses de abril*. Em junho de 1918, o partido bolchevista considera que chegou o momento de ajudar essas duas classes de camponeses a lutar diretamente pelo socialismo. Ele acha, na verdade, que a revolução agrícola democrática está, essencialmente, terminada, e isto traz à ordem do dia a preparação da etapa socialista. E, simultaneamente, deseja mobilizar no campo as forças sociais específicas nas quais, segundo lhe parece, o poder soviético proletário deve apoiar-se, a fim de enfrentar a desorganização econômica. Para o partido bolchevista, essas forças são antes de tudo as dos camponeses pobres, que têm interesse mais imediato no socialismo.

No verão de 1918, a redução da produção agrícola assumiu graves proporções (precisamente no momento em que as forças brancas e os exércitos intervencionistas iniciam sua ação). O abastecimento das cidades é seriamente comprometido, pois os camponeses só dispõem de reduzidas quantidades de produtos suscetíveis de serem comercializados e não desejam vendê-los: a inflação reinante permite-lhes pagar facilmente os impostos (como se diz então, "o campo está inundado de dinheiro"), e eles não têm praticamente nada para comprar nas cidades.

Nessas condições, o partido bolchevista e o governo soviético tentam romper com a política seguida até então em relação ao campesinato, política que trata este, "em seu conjunto", como um aliado "indiferenciado" do proletariado, e um aliado no seio do qual as diferenças de classe são ainda secundárias, e que luta para cumprir suas próprias tarefas: a revolução agrária democrática.

Um decreto datado de 11 de junho de 1918 concretiza essa tentativa ao dispor sobre a constituição de *órgãos de poder distintos dos sovietes camponeses e integrados exclusivamente de camponeses pobres*. Esse dispositivo legal engaja oficialmente o partido bolchevista e o governo soviético na via de um *tratamento diferencial sistemático* das diversas classes camponesas. Um texto de 11 de julho de 1918 esclarece que *soamente os camponeses que não empregam trabalhadores assalariados não*

têm excedentes de grãos disponíveis para a colheita podem fazer parte dos comitês de camponeses pobres. A 15 de julho de 1918, fica decidido que os comitês de camponeses pobres serão um dos instrumentos da política soviética no campo. Eles podem ajudar sobretudo na requisição dos cereais entre os kulaks, reservando para si mesmos parte desses cereais<sup>20</sup>.

Para Lênin, pelo menos em 1918, a constituição dos comitês de camponeses pobres expressa o desenvolvimento da luta de classes no campo, a ruína enfim ocorrida entre os operários agrícolas e os camponeses pobres, de um lado, e as camadas abastadas do campesinato, de outro. Parece-lhe que se torna praticamente possível a aliança de proletariado urbano e os camponeses pobres, com os primeiros ajudando estes a se organizarem e reconhecendo-lhes um papel dirigente específico no campo.

No discurso feito a 8 de novembro de 1918 aos delegados dos comitês de camponeses pobres da região de Moscou, Lênin declara:

“... Resolvemos dividir o campo... Os operários levaram e levarão sua ajuda ao campesinato pobre na luta contra os kulaks. No decorrer da guerra civil desencadeada no campo, os operários estão ao lado dos camponeses mais pobres, assim como estavam na época da aplicação da lei dos socialistas revolucionários sobre a socialização da terra.”<sup>21</sup>

Lênin acrescenta que é necessário criar por toda a Rússia comitês de camponeses pobres destinados a se transformarem em soviets, ou seja, em órgãos plenamente reconhecidos pelo poder político. E ao mesmo tempo dá ênfase à passagem ao trabalho coletivo, às comunas e, portanto, à transformação socialista das relações de produção no campo.

À mesma época – em outubro e novembro de 1918 –, em sua obra *A revolução proletária e o renegado Kautski*, Lênin assinala que, com a constituição dos comitês de camponeses pobres, a revolução pôde, afinal, romper no campo os limites burgueses que não tinha conseguido ultrapassar até então. E caracteriza a situação anterior a junho de 1918 como a de uma “revolução proletária nas capitais” e de uma “revolução democrática burguesa” no campo.<sup>22</sup>

Nessa ocasião, a maior parte dos dirigentes bolchevistas pensa que a luta de classes no seio do campesinato atingiu um nível tal que o abandono do cultivo individual e a passagem à “edificação socialista propriamente dita” tornam-se a partir de então possíveis e necessárias<sup>23</sup>. Segundo Lênin, “a ruína que a guerra deixou de herança não

permite de modo algum restaurar a pequena exploração camponesa de outrora”; a guerra inspirou nas massas a idéia de que as maravilhas da técnica utilizadas para a destruição podem ser também postas a serviço da produção na base do trabalho coletivo, donde a conclusão de que “a maioria do campesinato trabalhador aspira à exploração coletiva da terra” (O grifo é meu – C.B.) e é, portanto, daí em diante, possível desenvolver as explorações coletivas, as comunas agrícolas e as fazendas estatais<sup>24</sup>.

Em todos os seus discursos, Lênin sublinha que a transformação socialista das relações de produção deve ser obra dos próprios camponeses. Não basta, diz ele, que os dirigentes revolucionários sejam persuadidos da necessidade de uma tal transformação para que ela possa operar-se; a propaganda não é suficiente para persuadir milhões de homens: estes só podem adquirir semelhante certeza através da experiência prática<sup>25</sup>.

Em termos mais explícitos, Lênin não condiciona, portanto, a transformação socialista das relações econômicas no campo somente à abolição da propriedade da terra (que, diz ele, permanece inevitavelmente “no papel”, enquanto “os camponeses pobres, o campesinato trabalhador” não aderirem à luta contra o capitalismo<sup>26</sup>), mas igualmente à transformação das relações políticas no próprio povoado (pela formação dos comitês de camponeses pobres) e à transformação das relações ideológicas que permitirão à massa dos camponeses passar à cultura coletiva da terra.

A esperança que Lênin e o partido bolchevista depositavam numa passagem rápida a uma revolução agrária socialista não foi confirmada pelos fatos. A maioria do campesinato trabalhador não estava, na realidade, pronta a se engajar nessa via, e os comitês de camponeses pobres demonstraram falta de vitalidade. Eles não se espalharam pelo país, e os que existiam representavam muitas vezes apenas uma minoria dos camponeses pobres. E esta nem sempre era composta dos elementos mais combativos dessa classe; encontravam-se aí elementos marginais atraídos pela idéia de se apropriarem de uma parte dos produtos tomados aos camponeses ricos e de modo algum interessados em se lançar à implantação das explorações coletivas.

A diferenciação ideológica e política de campesinato não é, portanto, nesse momento, tão avançada quanto parecia no começo do segundo semestre de 1918.

Na realidade, a reparição das terras reduziu a proporção dos camponeses pobres e aumentou a dos camponeses médios. Sobreretudo

20. Cf., sobre esse ponto, Maurice Dobb, *Soviet economic development since 1917*, Londres, 1948, e E. H. Carr, *The bolshevik revolution*, op. cit., tomo 2, págs. 59-60.

21. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 28, págs. 178 a 180.

22. Lênin, *O.C.*, tomo 28, págs. 235 e seg., citação pág. 314.

23. Cf. Discurso de Lênin à I Conferência das seções agrárias dos comitês de camponeses pobres e das comunas da Rússia, a 11 de dezembro de 1918, in *O.C.*, tomo 28, págs. 350 e seg., citação pág. 353.

24. *Ibid.*, págs. 355 a 360.

25. Esse tema reaparece tanto no discurso já citado, pronunciado no VI Congresso dos Sovietes (sobretudo pág. 142, *O.C.*, tomo 28) quanto no discurso aos delegados dos camponeses pobres (especialmente pág. 180 do tomo 28 das *O.C.*).

26. Cf. o discurso ao II Congresso das Seções Agrárias, *O.C.*, tomo 28, págs. 352-353.

- na falta de uma presença suficiente do partido bolchevista no campo -, ela contribui para uma relativa *revitalização do mir* (em razão do papel que este desempenha na repartição das terras, da qual é o instrumento), que consolida assim uma certa "unidade" do campo em face da cidade, "unidade" que beneficia os elementos rurais abastados e médios.

A tentativa do partido bolchevista de constituir comitês de camponeses pobres é, por consequência, seguida apenas por uma minoria não representativa dessa classe. Reconhecendo esse fato, o partido bolchevista concluiu que seria perigoso insistir no mesmo caminho, particularmente no momento em que a ofensiva dos guardas brancos e dos intervencionistas acentua-se e torna indispensável a *consolidação da aliança do proletariado com o conjunto do campesinato*.

No fim de 1918, a tentativa abortada de generalizar a formação de comitês de camponeses pobres é abandonada (mas não sistematicamente). No começo de 1919, esses comitês fundem-se em geral com os sovietes camponeses. Abre-se, assim, uma nova etapa da política camponesa do partido bolchevista: daí em diante, dá-se muito mais importância aos camponeses médios, cujos efetivos aumentaram em consequência da revolução democrática no campo.

### Seção III

## O período de 1919-1920 e a orientação relativa ao campesinato médio para a construção do socialismo

No VIII Congresso do partido bolchevista (18 a 23 de março de 1919), Lênin chama especialmente a atenção do partido para "o problema da atitude em relação ao camponês médio". Esse problema, diz ele, não pôde ser posto em primeiro plano "enquanto os próprios fundamentos da existência da República soviética não estavam assegurados", mas ele deve ser daí em diante encarado de frente, a fim "de criar as bases sólidas da sociedade comunista"<sup>27</sup>.

Definindo a atitude a adotar, Lênin declara:

"Essa atitude pode ser definida por uma simples resposta: luta ou apoio. Se, em relação à burguesia, nosso objetivo se traduz pelas palavras 'luta' e 'repressão', e se, em relação aos proletários e semiproletários dos campos, ele se traduz pela palavra 'nosso' apoio, então o problema torna-se seguramente muito mais grave nesse ponto. Os socialistas, os melhores representantes do socialismo de outrora - quando ainda acreditavam na revolução e a serviam no plano teórico e ideológico -, falavam de *neutralizar os camponeses*, ou seja, fazer do campesinato médio uma camada social que, se não oferece uma ajuda ativa à revolução proletária, pelo menos não a entrava, permanecendo neutra e não se bandeando para o lado de nossos inimigos. Esse lado abstrato, teórico, da questão é para nós perfeitamente claro. Mas não é suficiente. Nós entramos numa fase da construção socialista em que se trata de elaborar, de maneira concreta, por meio notoriamente, *inspirando-nos na experiência do trabalho no campo* (o gri-

<sup>27</sup> Cf. o discurso de abertura do VIII Congresso, pronunciado a 18 de março de 1919, in O.C., tomo 29, pág. 137 e seg.

fo é meu - C.B.), as regras e as diretrizes fundamentais que devemos seguir para firmar com o camponês médio uma *aliança sólida* (sublinhado no texto); para excluir a possibilidade dos desvios e dos erros frequentes que o afastaram de nós..."<sup>28</sup>

Essas poucas frases são de uma importância fundamental e colocam o problema do que se chamou mais tarde de "integração do camponês médio ao socialismo". Rejeitam a crença anterior segundo a qual o camponês médio não poderia ser um aliado na edificação do socialismo, de modo que o proletariado só poderia visar a "neutralizá-lo", afirmando que, na construção da sociedade comunista, o camponês médio pode e deve ser um *aliado sólido*. Condenam os "erros e desvios" passados que consistiram em não considerar como possíveis aliados nos campos, para a construção do socialismo, senão os proletários e semiproletários e levantam a questão das condições concretas de elaboração dessa aliança sólida ainda não realizada.

Lênin não pretende estar à altura de dar imediatamente resposta a essa questão, pois acha necessário *estudar a experiência* do trabalho no campo; contudo, adverte expressamente contra "os golpes destinados aos *Kulaks* (que) vão atingir o camponês médio e (constituem) um erro muito grave"<sup>29</sup>.

O contexto mostra que esse erro, não está desvinculado da maneira como foram constituídos os comitês de camponeses pobres e do papel que esses comitês desempenharam no domínio das requisições e do abastecimento.

Os erros de orientação do segundo semestre de 1918 explicam-se, de certo, pelo lugar que ocupava anteriormente a idéia de simples "neutralização" do camponês médio, mas explicam-se, sobretudo, pela falta de experiência prática anterior e pela presença de uma tendência "direitista-esquerdista" no partido bolchevista. Tal tendência dispõe-se a considerar toda transformação nas relações de trabalho que dão origem a formas coletivas de produção como sendo dirigidas no sentido do socialismo, mesmo se forem impostas de cima, pela coerção, desde que o Estado da ditadura do proletariado seja o agente dessa transformação.

Durante o congresso dos operários agrícolas, realizado no início de março de 1919, Lênin denunciava, agora com mais firmeza, a tendência de certos elementos responsáveis do partido a "impelir" camponeses para a exploração da parte do poder soviético... A comuna agrícola constituiu-se livremente, a passagem à cultura em comum só pode ser voluntária; não poderia haver a menor coerção nesse domínio por parte do governo operário e camponês, e a lei o proíbe"<sup>30</sup>.

28. *Ibid.*, págs. 140-141.

29. *Ibid.*, pág. 157.

30. Lênin, *O.C.*, tomo 29, págs. 39-40.

É claro, ao recordar esses princípios, Lênin não está preocupado com o aspecto *formal* da legalidade; o que lhe importa é assinalar que a criação de comunas agrícolas por meios coercitivos não pode dar origem a formas comunistas de trabalho.

Por ocasião desse congresso, Lênin insurge-se também *contra o compromisso* que consiste em criar explorações coletivas ao mesmo tempo em que se conservam *parcelas individuais*. Em sua opinião, se tais parcelas existem, elas serão um germe de decomposição das explorações coletivas. E acrescenta:

"Se se volta a criar gado e aves a título individual, a cultivar hortas privadas etc., então é provável que se retornará à pequena exploração existente até o presente. Valeria a pena então fazer tanto movimento? Vale a pena implantar uma cooperativa estatal?"<sup>31</sup>

No relatório apresentado a 23 de março ao VIII Congresso do partido bolchevista, Lênin trata novamente da aliança de aliança com o camponês médio para a construção do socialismo. Assinala ainda que é desnecessário recorrer à coerção, que não se deve engajar compulsoriamente os camponeses médios numa via que eles não estão prontos a seguir. Insiste longamente nessa idéia, que não é facilmente admitida por certos membros do partido. E declara:

"Agir em relação ao camponês médio (médio do mesmo modo que se agiu para esmagar a burguesia) seria dar prova de uma tal estupidez, teria um efeito tão desastroso, que somente os provocadores podem agir conscientemente dessa maneira... Pela violência nada se fará aqui. A violência em relação ao camponês médio é extremamente prejudicial."<sup>32</sup>

E, ainda:

"Devemos basear-nos, acima de tudo, nessa verdade de que não se poderia em suma obter nada aqui pelo método da força. Usar de *violência seria comprometer tudo*. O que se precisa é de um trabalho de educação perseverante... Devemos encorajar as comunas, mas... estas devem ser organizadas de maneira a ganhar a confiança do camponês... Não há nada mais estúpido do que a *idéia da violência exercida no tocante às relações econômicas do camponês médio*. Não se trata de expropriar o camponês mas... de ensinar os camponeses como passar a uma ordem de coisa melhor, e não se atrever jamais a impor."<sup>33</sup>

Os princípios são claros: nada de violência em relação aos camponeses médios, desenvolver entre eles um trabalho de persuasão, ganhar

31. *Ibid.*, pág. 39.

32. *Ibid.*, pág. 211; o grifo é do texto.

33. *Ibid.*, págs. 211-212; os grifos são do texto.

N.B.: As "comunhas" a que se refere o texto não são as comunidades rurais (*mir*) mas as *comunhas agrícolas* nas quais os camponeses se associam para um *trabalho coletivo*.

sua confiança, a fim de que transformem por si mesmos as relações econômicas, *ensinar aos camponeses, não se atrever a comandá-los*.

O partido bolchevista prende-se formalmente a esses princípios. Contudo, os aparelhos administrativos só os respeitavam parcialmente no decorrer dos anos de 1919 e 1920, sendo, porém, levados a violá-los no que concerne à questão das requisições<sup>34</sup>. Somente a partir da NEP é que tais princípios serão respeitados, para serem novamente abandonados na época da coletivização do final dos anos 20.

A adesão do partido ao ponto de vista defendido por Lênin traduz-se pela adoção de uma resolução "sobre a atitude em relação ao campesinato médio"<sup>35</sup>. Esse documento condena "a arbitrariedade das autoridades locais" em relação aos camponeses médios, e lembra que estes "não são exploradores, pois não tiram proveito do trabalho de outrem"; além disso, encoraja a formação de comunas agrícolas" numa base exclusivamente voluntária, condena as requisições efetuadas contra os camponeses médios e afirma que só devem ser impostas de maneira moderada; finalmente, a resolução insiste longamente na *ajuda e no apoio* que devem ser proporcionados pelo poder soviético aos camponeses médios, a fim de que eles possam melhorar sua *exploração individual* e ser sustentados por cooperativas de serviços e de financiamento. Esse documento tem uma significação de princípio ainda maior, pois foi adotado num momento em que prevalecem as ilusões do "comunismo de guerra": as de uma passagem "direta" ao comunismo.

Mas, na prática, tal resolução é muito desigualmente aplicada. O processo objetivo da luta de classes que se desenvolve na sociedade russa como um todo, a débil implantação do partido no campo e a crise aguda de abastecimento das cidades fazem com que o partido bolchevista só tenha condições de respeitar parcialmente as decisões do VIII Congresso em relação aos camponeses médios.

#### A) A EMERGÊNCIA DE RELAÇÕES SOCIALISTAS NO CAMPO

As decisões do VIII Congresso fazem sentir melhor seus efeitos no tocante à passagem para a cultura coletiva e à necessidade de evitar a coerção nesse domínio.

Em outubro de 1919, no texto intitulado *L'économie et la politique à l'époque de la dictature du prolétariat*<sup>36</sup>, Lênin constata que, nesse plano, a Rússia apenas deu os "primeiros passos"<sup>37</sup>.

De fato, em 1919, existem pouco mais de 2 100 comunas agrícolas com uns 350 mil membros, e esse número se reduz posteriormente,

chegando a 1 520 em março de 1920. Algumas tiveram de se dissolver em face da hostilidade dos outros camponeses. Essa hostilidade, atizada pelos *kulaks*, leva, às vezes, ao assassinato de membros das comunas por camponeses dos povoados vizinhos.

As *comunas agrícolas* são criadas, principalmente, por camponeses pobres e sem terra, e não por camponeses médios. Algumas, entre as primeiras, surgem graças à iniciativa de operários dos centros industriais, sobretudo a partir de 1918, nos subúrbios de Petrogrado (isto demonstra as relações que os operários fabris mantêm com a agricultura)<sup>38</sup>.

Outra forma de produção socialista é constituída desde essa época pelas "fazendas soviéticas" ou "fazendas estatais" (*sovchozes*), criadas pelo Estado soviético, e não diretamente pelos trabalhadores; os que aí trabalham recebem salário. O caráter socialista dessas unidades depende de seu grau de subordinação efetiva ao Estado da ditadura do proletariado.

Em 1919, existem 3 500 fazendas soviéticas (totalizarão 4 400 em 1920), número pouco superior ao de comunas agrícolas. Constituem ainda explorações de dimensões relativamente reduzidas: a maior parte dispõe de menos de 200 hectares de terra, geralmente pobre, dos quais a metade é cultivada.

Finalmente, ao lado dessas duas formas existem os artéis, isto é, as cooperativas de produção de tipo inferior que asseguram uma cultura coletiva nos campos ainda sujeitos ao regime de propriedade privada. Os artéis são um pouco mais numerosos do que as comunas: 1 900 em 1919 e 3 800 em 1920<sup>39</sup>.

No total, essas formas de produção não representam quase nada no imenso oceano da produção individual. Sua importância de princípio é, entretanto, considerável.

O reduzido desenvolvimento das diferentes formas de produção coletiva mostra que as idéias socialistas mal tinham penetrado nos campos; isto se explica também pelo fato de ter o partido bolchevista evitado, daí por diante, impor essas formas de produção, sobretudo porque ele não vê nisso a *tarefa do momento*, quando a contradição principal é ainda a que opõe os operários e camponeses aos guardas brancos, defensores dos proprietários rurais e dos capitalistas, e ao imperialismo.

34. Cf. *Ibid.*, pág. 202 e seg.

35. *Ibid.*, págs. 218 a 221.

36. Cf. a *N.B.* in nota 1, pág. 199.

37. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 30, pág. 103.

38. *Ibid.*, pág. 105.

39. Sobre essas comunas agrícolas operárias, cf. G. Charapov, *La question agricole au lendemain de la Révolution d'Octobre*, op. cit., pág. 212 e seg.

40. As indicações numéricas acima são tiradas de E. H. Carr, *The bolshevik revolution*, op. cit., tomo 2, pág. 160, e de O. A. Narkiewicz, *The making... op. cit.*, págs. 42-43.

## B) A AJUDA AO CAMPONÉS MÉDIO

A ajuda ao camponés médio prevista pelo VIII Congresso não pôde materializar-se. No estado em que se encontra então a economia russa, é praticamente impossível fornecer aos camponeses médios sementes selecionadas, adubos químicos e animais de raça, bem como instalar postos de reparação de máquinas ou de arroteamento. Tudo isso permanece no âmbito das intenções.

De fato, a principal ajuda proporcionada ao camponés médio é de ordem política. As autoridades locais param (mais ou menos) de tratá-lo como um *kulak* do ponto de vista de sua exploração agrícola. Um decreto expedido no verão de 1920 promete que suas terras não serão tomadas – prática corrente no interior de numerosos *mirs* –, desde que ele a cultive com suas próprias mãos, mesmo se a área de que dispõe for superior às fixadas pelas normas regionais de redistribuição<sup>41</sup>.

Esse decreto, que visa a apoiar o camponés médio até mesmo diante das reivindicações dos camponeses pobres, é oficialmente comentado nos seguintes termos:

“... (Este decreto) assegura a estabilidade da exploração agrícola. É preciso que cada camponés esteja convencido de que sua porção de terra permanecerá sua propriedade, que ela não lhe será retirada pelo fato de a maioria desejar proceder a uma nova redistribuição...”<sup>42</sup>

Em suma, o camponés médio, um dos principais beneficiários da revolução agrária, não recebe nessa época (entre 1919 e 1921) ajuda material do poder soviético, mas as posições tomadas oficialmente tendem a tranquilizá-lo sobre seu futuro, enquanto anteriormente ele se sentia ameaçado pela ênfase dada unilateralmente à aliança com os camponeses pobres e pela atividade dos comitês constituídos por uma parte desses camponeses.

## C) O PROBLEMA DAS REQUISIÇÕES

No tocante às requisições, as decisões do VIII Congresso não são respeitadas: os camponeses médios, que defendem o poder soviético de armas na mão (sem eles, a vitória sobre os guardas brancos e as tropas imperialistas não teria sido possível), não fornecem ao Estado soviético quase nada dos seus produtos agrícolas excedentes. E vendem grande parte desses produtos no mercado negro. Dão, assim, preferência a

seu interesse material imediato, desprezando as necessidades da frente de batalha e dos combatentes, operários e camponeses.

No discurso que pronuncia a 18 de novembro de 1919 na I Conferência da Rússia sobre o trabalho do partido no campo, Lênin assinala a esse respeito o *carácter duplo* do camponés médio; de um lado – diz ele –, é um trabalhador, um homem que vive de seu trabalho e que, por isso, alia-se ao operário, enquanto de outro lado, quando dispõe de trigo excedente de suas necessidades, é um proprietário que tem o “hábito de considerar seus excedentes como sua propriedade que ele pode vender livremente”; – era – acrescenta Lênin –, “vender excedentes de trigo em um país assolado pela fome é tornar-se um especulador, um explorador, porque o faminto dará tudo o que tem para obter pão”<sup>43</sup>. Partindo dessa formulação, Lênin indica que o camponés médio deve ser objeto de um *duplo tratamento*, segundo se trate de um trabalhador ou um explorador. Lembra que a ausência de coerção ao camponés médio refere-se não à liberdade de explorar o proletariado, mas “à passagem ao socialismo pela violência”, o que “não se pode aceitar”<sup>44</sup>.

Em dezembro de 1919, o VIII Congresso dos Sovietes adota uma resolução que recomenda explicitamente o reforço das medidas de requisição e sua extensão a todos os produtos agrícolas; na prática, essas medidas atingem a quase-totalidade das explorações suscetíveis de disporem de um “excedente” sobre as necessidades de consumo.

Tais medidas são indispensáveis para assegurar a *sobrevivência* dos soldados na frente de batalha e dos operários nas fábricas (cujas rações já são mínimas). Nesse momento e nesse domínio, o recurso à coerção é imposto pela situação econômica e militar e pela natureza das relações entre a massa dos camponeses e o poder soviético: essas relações não permitem conseguir que a maior parte dos camponeses remetam de boa vontade seus produtos agrícolas aos órgãos do Estado quando este nada tem a lhes dar “em troca”.

As medidas de requisição geral tomadas no fim de 1919 contríbuem, porém, para deteriorar as relações políticas entre o campesinato e o poder soviético, a aliança da classe operária e dos camponeses médios cuja maioria se vê tratada como se fosse constituída de especuladores e de “exploradores”. Além do mais, no plano econômico, essas medidas de requisição desencorajam a produção agrícola, que baixa consideravelmente.

O poder soviético tenta lutar contra essa redução *impondo aos camponeses planos de sementeira*, ou seja, recorrendo, ainda nesse caso, à coerção<sup>45</sup>. De fato, na base da produção individual, é praticamente

41. Cf. *Izvestia* de 10 de junho de 1920.

42. Cf. *Derevnienskaia Kommuna (A Comunidade Rural)*, nº 98, 1920, citado de O. A. Narkiewicz, *The making...*, op. cit., pág. 43.

43. Lênin, O. C., tomo 30, pág. 141 e seg., citação da pág. 144.

44. *Ibid.*, pág. 145.

45. Indicamos mais adiante (cf. *infra*, pág. 316-317) como, no decorrer do verão de 1920, havia surgido a ilusão de que seria possível aumentar a produção agrícola pela coerção e que esta última permitira até mesmo edificar o socialismo

impossível garantir a realização desses planos. A situação se deteriora; a continuação das requisições, que atingem cada vez mais os camponeses, provoca um descontentamento crescente do campesinato em relação ao poder soviético.

Durante uma reunião dos presidentes dos comitês executivos de distritos, cantões e povoados da província de Moscou, realizada a 15 de outubro de 1920, Lênin constata esse descontentamento. As manifestações foram de tal sorte que os porta-vozes do poder soviético tiveram, muitas vezes, dificuldade de explanar suas opiniões. Numa de suas intervenções, Lênin declarou:

"Se ouvimos exprimir-se aqui um descontentamento e uma impaciência extremas é porque compreendemos todos que a melhor fórmula para dirigir uma assembleia consiste, antes de tudo, na liberdade de palavra. Mas nessa reunião vocês não a têm respeitado, pois a maioria dos camponeses sente profundamente a extrema gravidade da situação que se criou entre eles. A maioria dos camponeses sofre demasiado com a fome, o frio e as imposições excessivas."<sup>46</sup>

Assim, ao contrário do que esperava o partido bolchevista, 1920 é um ano no qual a imensa maioria do campesinato vê-se submetida a severas requisições destinadas a provar as necessidades da frente e das cidades. No fim do outono e durante o inverno de 1920-1921, quando os exércitos brancos e intervencionistas já estão praticamente batidos, ocorrem revoltas camponesas em diversas regiões, sobretudo no sul e sudeste da Rússia. Essas revoltas obrigam o Ministério do Abastecimento a suspender toda coleta e requisição de cereais em 13 províncias<sup>47</sup>.

A crise da coleta de cereais do fim de 1920 não é determinada somente pela recusa dos camponeses em vender uma parte de sua produção. Ela deve-se também ao fracasso das colheitas, provocado pela guerra, pela desorganização econômica e pelo descontentamento dos camponeses, boa parte dos quais limita a produção às quantidades necessárias a seu próprio consumo. Em consequência, segundo as estimativas geralmente aceitas, a produção anual de cereais cai de 72,5 milhões de toneladas em 1909-1913, a menos de 35 milhões de toneladas em 1920, e o consumo camponês é inferior a 17 milhões de toneladas, o que representa uma redução catastrófica em relação à época anterior à guerra<sup>48</sup> (cerca de 40%).

46. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 31, pág. 347.

47. Declaração feita ao X Congresso do partido bolchevista, citado por E. H. Carr, *The bolshevik revolution*, op. cit., tomo 2, pág. 173, nota 2.

48. A cifra de produção de cereais para o período de 1909-1913 é tirada de N. K. 1958, pág. 70; a de 1920 é calculada com base em K. rjijanovki, in *Dixans de construction socialiste en URSS, 1917-1927* (em russo), Moscou, 1928.

A grave situação da agricultura, o descontentamento do campesinato que se revolta em algumas províncias e, finalmente, a vitória conquistada sobre os brancos e os exércitos imperialistas, levam o partido bolchevista a retificar sua política camponesa, o que, no momento, ele pode fazer efetivamente.

Essa retificação tem lugar numa nova concepção da política econômica geral que corresponde ao que se chama de N.E.P. Esta será analisada na última parte deste volume. Examinaremos aqui somente algumas das decisões e das medidas que se referem mais especialmente à política camponesa do partido bolchevista e seus efeitos imediatos sobre a luta de classe no campo.

O montante do consumo camponês antes da guerra corresponde às avaliações correntes, o do consumo de 1920-1921 é tirado de P. Popov, *La production de céréales en RSFSR...* (em russo), Moscou, 1921, citado por S. Groszkopf na tese da Escola Prática de Alkos Estudos (VI seção) intitulada *Le problème des céréales en Russie et la NEP*, pág. 122 da tese.

Embora não sejam rigorosamente comparáveis, baseando-se em estatísticas incoerentes e tendentes a superestimar a queda da produção e do consumo, esses dados oferecem uma idéia da amplitude de recuo de uma e outra. Sobre a produção agrícola global, cf. *Infra*, pág. 210, nº 1.

#### A) AS REIVINDICAÇÕES DO CAMPESINATO E O RESTABELECIMENTO DA "LIBERDADE DE TROCAS"

A 15 de março de 1921, no relatório sobre a substituição das requisições pelo imposto em espécie, Lênin fala longa e explicitamente a respeito dessa retificação necessária da política do partido em relação ao campesinato. E declara:

"... Não se deve tentar dissimular coisa alguma, e sim dizer claramente que o campesinato está descontente com as relações por nós estabelecidas, as quais ele não mais deseja manter, e que ele não quer continuar a viver dessa maneira. É incontestável. Essa vontade foi claramente demonstrada. E o desejo das amplas massas trabalhadoras. Devemos levá-lo em consideração, e somos políticos bastante lúcidos para dizer abertamente: revisemos nossa política em relação ao campesinato. Não se poderia prolongar a situação que existia até agora".

E acrescenta:

"Devemos esforçar-nos para atender as reivindicações dos camponeses que não estão satisfeitos, que estão descontentes, a justo título, e não podem deixar de estar. Deve-se dizer-lhes: 'Sim, essa situação não pode mais continuar'. Como satisfazer o camponês e o que quer dizer satisfazer? Onde encontrar a resposta para a maneira de contentá-lo? Naturalmente, nas próprias reclamações do campesinato".<sup>51</sup>

Essas formulações mostram mais uma vez que, para Lênin, além da teoria que serve de guia à ação revolucionária, existe um outro elemento essencial à elaboração de uma linha política justa: o *balanço* *de experiência* e as *reivindicações das massas populares*.

Para satisfazer as reivindicações do campesinato, Lênin e o partido bolchevista reconhecem que, na situação atual, é preciso dar aos camponeses a liberdade de dispor de sua produção (uma vez pagos seus impostos), e aceitar uma certa liberdade do pequeno comércio e da pequena indústria. Ao mesmo tempo, "concessões"<sup>52</sup> limitadas são oferecidas ao capital estrangeiro. Nas condições existentes o partido bolchevista considera que somente por esse caminho o país poderá salvar-se da fome e da decomposição econômica, e que a ditadura do proletariado poderá consolidar-se, pois esta é gravemente ameaçada pelo descontentamento dos camponeses, prelúdio de uma ruptura da aliança operária e camponesa.

As formas concretas que assumirá depois o restabelecimento da "liberdade de comércio" vão variar de acordo com o momento. Passa-se, assim, da fórmula inicial de trocas ainda "regulamentadas" a tro-

51. *Ibid.*, pág. 226 e 227.

52. Chamam-se, então, "concessões" as possibilidades oferecidas ao capital estrangeiro, sob controle muito estrito, de investir certas indústrias (sobretudo em fábricas), importando para a Rússia soviética os equipamentos que lhe faltam, e de transferir os lucros realizados.

#### A retificação da política camponesa do partido bolchevista e as relações de classe no campo no final do "comunismo de guerra" e no início da NEP

### Seção IV

No final de 1920 e começo de 1921, Lênin insiste na necessidade de uma profunda retificação da política camponesa, mas esta só ocorre praticamente em março de 1921, quando o descontentamento camponês, estimulado pelos SR e os mencheviques, deu lugar a revoltas camponesas e contribuiu para a insurreição de Cronstadt.

Por ocasião do X Congresso do partido bolchevista, no relatório de atividade que apresenta a 8 de março de 1921, Lênin assinala, como já o havia feito anteriormente, que a política de requisições conduzida sem um conhecimento suficiente das possibilidades e das necessidades do campesinato das diversas regiões "agravou ao extremo a crise da economia camponesa"<sup>49</sup>, e fez com que "o campesinato ficasse cada vez mais descontente com a ditadura do proletariado"<sup>50</sup>, o que obriga a retificar as relações entre a classe operária e o campesinato.

49. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 182.

50. *Ibid.*, pág. 184.

cas comerciais "livres" e ao restabelecimento de uma importante circulação mercantil<sup>53</sup>. Essas variações são o prolongamento da reificação inicial, do abandono do "comunismo de guerra" e da adoção da NEP.

Os principais decretos que inauguram a NEP são publicados alguns dias após o X Congresso. A 21 de março é baixado o decreto que extingue as requisições de produtos alimentares e, no dia 28, Lênin assina o dispositivo legal que "libera" o comércio, a aquisição e a venda de produtos alimentícios e suprime as restrições sobre os transportes de gêneros alimentícios.

## B) A LEGISLAÇÃO AGRÁRIA DE 1922

Veremos mais adiante<sup>54</sup> como, tendo por base a experiência prática, transformou-se a concepção inicial da NEP. Aqui, onde tratamos das relações de classe no campo, é indispensável dizer algumas palavras a respeito do decreto de 22 de maio de 1922 sobre as associações ou sociedades rurais (*zemelnye obchestve*).

Esse decreto reconhece praticamente a existência do *mir* ao mesmo tempo que tenta transformá-lo, a fim de tornar seu funcionamento mais compatível com o dos diferentes aparelhos de poder soviético. Mas, na verdade, a tentativa alcança pouco êxito, pois sob o novo nome de "associação rural" é mais ou menos o antigo *mir* que sobrevive; como este, a associação rural *funciona ao nível do povoado*.

O código rural de 15 de novembro de 1922 retoma as disposições do decreto de 22 de maio. Aquele estatuto legal procura sobretudo criar condições satisfatórias ao desenvolvimento do *cultivo individual*, que predomina de maneira absolutamente maciça no interior do *mir* modificado. Simultaneamente, o código rural de 1922 lança bases mais definidas para a constituição de *comunidades agrícolas*, que podem ser formadas no interior de uma associação rural ou por vários povoados.

A associação rural, ou seja, o *mir* transformado, é administrada por uma assembleia geral (*Skhod*) de *todas as que têm direito de voto* e por órgãos eleitos. Em princípio, essa mudança de composição é importante, pois anteriormente, só participavam do *Skhod* os chefes de família (isto é, os exploradores agrícolas que se encontram à frente de um lar). Daí por diante, teoricamente, todos os proprietários de terra maiores de dezoito anos participam do *Skhod* e elegem seus órgãos dirigentes. O *Skhod* decide quem tem o direito de pertencer ao *mir* e de deixá-lo, e também estabelece os tipos de cultura e o modo de distribuição da terra. As decisões são tomadas por maioria simples. O *mir* renovado tem personalidade jurídica: pode vender e comprar.

A realidade do *mir* renovado é sensivelmente diferente desses princípios. Na verdade, após a promulgação do código rural, assim como antes, o verdadeiro poder político local está, muitas vezes, nas mãos dos camponeses ricos e abastados através do *Skhod* e de seu chefe eleito, ou "plenipotenciário", que, via de regra, é também um camponês rico.

O *Skhod*, dominado assim em geral por camponeses ricos e abastados, sobrepe-se aos soviets rurais. Na prática, ele dirige a repartição das terras, chegando às vezes, a privar de qualquer porção de terra os camponeses mais pobres<sup>55</sup> sob o pretexto de que não são capazes de gerir uma exploração. Tal situação se prolonga até a coletivização, como reconhece, por exemplo, uma análise da situação dos campos feita no fim de 1928: "O *Skhod* do povoado continua a ocupar uma posição predominante na vida do povoado"<sup>56</sup>.

Certos autores soviéticos<sup>57</sup> consideram em consequência, que a consolidação do *mir* foi favorável aos camponeses ricos e que estes foram mesmo seus principais defensores, pois, na falta de uma verdadeira presença de militantes bolchevistas nos povoados, eles podiam tirar partido de sua posição dominante no *Skhod*. Isto parece verossímil. Os camponeses ricos geralmente não eram os melhores cultivadores mas aqueles que combinavam habilmente seu labor agrícola com as atividades comerciais e mesmo com a usura, e aluguel de animais de tração e de instrumentos ou máquinas agrícolas.

O código de 1922 tenta lutar contra o mini-parcelamento e favorecer o reagrupamento das terras no seio de cada exploração, a fim de remediar uma situação que provoca perdas consideráveis de terras cultiváveis transformadas em estradas e em linhas limitrofes, obrigando os camponeses a percorrerem grandes distâncias (às vezes os diversos lotes pertencentes a uma mesma exploração encontram-se a 15 ou 20 km da fazenda<sup>58</sup>, o que aumenta os custos de transporte). Esses esforços entram, porém, em contradição com a redistribuição de terras a que o *mir* procede de vez em quando e que a lei tenta igualmente limitar, com sucesso muito relativo.

Finalmente, o código autoriza o arrendamento da terra por período não superior a três anos, e na condição de que seja cultivada sem trabalho assalariado. No início de 1923, permite-se o emprego de trabalhadores assalariados dentro de certos limites.

53. Ver E. H. Carr e R. W. Davies, *Foundations of a planned Economy*, op. cit., volume 1, pág. 121, nota 2.

56. *Sovietiskas Srofofelstve*, nº 12 (29), dezembro de 1928, pag. 73, citado por E. H. Carr e R. W. Davies, *Foundations of a planned Economy*, op. cit., volume 2, pág. 248, nota 7.

57. Cf. o artigo de M. Usinov "La question des formes d'exploitation du sol", in *Bolchevik*, nº 19-20 de 1927.

58. Cifra citada por S. Grosskopf em sua tese, op. cit., pág. 55.

Assim eram satisfeitas algumas das "reivindicações camponesas". Contudo, diante das relações de forças nos campos, essas reivindicações correspondiam amplamente às expectativas dos camponeses ricos, capazes de influenciar a massa dos camponeses.

### C) AS POSIÇÕES ECONÔMICAS DO CAMPESINATO LOGO APÓS A GUERRA CIVIL E AS DIFERENCIAÇÕES DE CLASSE NO CAMPO NO COMEÇO DA NEP

O campesinato é o grupo social cujas posições econômicas são *fundamentalmente* mais beneficiadas pela revolução. Suas posses aumentam em 50%. Foram abolidas as rendas que devia anteriormente entregar ao Estado, bem como desapareceu a obrigação de pagar pelas terras arrendadas aos proprietários rurais, uma vez que estes foram expropriados. Por isso, o campesinato apoiou ativamente a Revolução e permitiu assim ao Exército vermelho vencer as forças armadas brancas e as tropas imperialistas. Sem esse apoio de massa popular que *representa mais de dois terços da população*, a vitória teria sido impossível. A vitória do Exército vermelho, extremamente carente do ponto de vista material, foi e só poderia ser uma *vitória política*: a vitória da aliança operária e camponesa.

No entanto, se a extensão da área das terras em mãos do campesinato e a eliminação dos proprietários rurais melhoraram fundamentalmente a posição daquele, sua *situação econômica imediata* sofreu uma *grave deterioração*. Em primeiro lugar, porque os preços dos produtos industriais (que praticamente só no mercado negro são encontrados) subiram muito mais rápido que os dos produtos agrícolas; em segundo lugar, porque a produção agrícola caiu<sup>59</sup> e as requisições efetuadas até o final de 1920 subtraíram do campesinato tamanha quantidade de produtos este teve de enfrentar.

A partir de 1922, a situação dos camponeses começa a melhorar, mas só depois de vários anos de NEP é que as colheitas ultrapassaram as do período anterior à guerra.

#### 1. O fortalecimento da posição econômica dos camponeses pobres e médios.

A revolução transformou uma parte dos antigos camponeses pobres em camponeses médios e melhorou sua posição relativa.

59. A queda da produção agrícola global é oficialmente estimada em 40% em relação a 1913 (cf. N. K., 1958, pág. 52) e até em mais para os cereais (Ver *supra*, pág. 204, n. 3). De fato, considera-se muitas vezes que um quarto da produção efetiva dos piores anos teria sido clandestina, o que reduziria a queda da produção agrícola para 20%; esta avaliação parece "otimista".

A "avaliação" das modificações efetuadas no seio da campesinato entre 1917 e 1922 é extremamente difícil. Para ser feita seriamente, ela deveria basear-se em estudos pormenorizados, que não foram realizados. Limitemo-nos, portanto, a indicações globais cujo significado não deve ser superestimado, tanto mais que essas estimativas têm, essencialmente, por objeto a *repartição das terras* entre os "exploradores camponeses" (e não a repartição dos camponeses em classes).

Entre diversas estimativas, as que fornecem dados mais verossímeis são as de N. D. Kondratiev e N. P. Oganovskii<sup>60</sup>.

Área cultivável por exploração	1905	1922
de 0 a 2,7 dec. <sup>61</sup>	15,8	15,1
de 2,7 a 5,4 dec.	34,7	35,2
de 5,4 a 13,1 dec.	40,0	45,8
mais de 13,1 dec.	10,5	3,9

Naturalmente, a classificação das explorações por dimensões não pode ser interpretada como o equivalente de uma repartição do campesinato em camponeses pobres, médios, abastados e ricos. De fato, camponeses que dispõem da mesma área de terras podem pertencer a categorias diferentes segundo a qualidade das terras, outros meios de produção além da terra disponível etc. Do ponto de vista das mudanças ocorridas no seio do campesinato, as conclusões a tirar do quadro acima, bem como de outras fontes devem, portanto, ser formuladas com a maior prudência.

Feita essa reserva, vê-se que o grupo dos camponeses mais pobres de terra diminuiu ligeiramente. Os grupos dos médios mais pobres do ponto de vista da terra disponível teve sua proporção ligeiramente aumentada, enquanto crescia acentuadamente a dos outros camponeses médios e reduzia-se de cerca de dois terços a proporção dos ricos.

60. N. P. Oganovskii e N. D. Kondratiev, "Perspectivas do desenvolvimento agrícola da URSS" (em russo), Moscou, 1924, pág. 115, citado de S. Groszkopf, "Appropriation, utilisation et partage des terres à l'époque de la NEP", em *Cahiers du monde russe et soviétique*, out.-dez. de 1973.

É preciso, porém, evitar tirar conclusões apressadas do quadro acima, pois o conjunto das condições concretas em que se achavam muitos dos camponeses pobres e mesmo médios no período de 1920-1922 impede que eles cultivem todas as terras de que dispõem. Uma das razões disso é que *só a terra foi essencialmente objeto de repartição, e raramente os outros meios de produção*. Essa era, de fato, a tradição do *mir* e que continuou em geral, a ser imposta pelos camponeses mais abastados (elementos dominantes do *mir*) e aceita pelos camponeses mais pobres.

Na verdade, os camponeses pobres consideravam geralmente a falta de terra como a razão principal de sua pobreza e que este era o problema a ser solucionado. Além disso, em seu período de florescimento, os comitês de camponeses pobres *pouco se preocupavam com material agrícola*<sup>62</sup>.

Em virtude da inadequação da divisão das terras à repartição dos outros meios de produção (mas também por outras razões ligadas ao caráter mercantil de uma parte da produção agrícola<sup>63</sup>), as terras não cultivadas no período de 1922-23 representariam cerca de 30% das superfícies exploradas em 1913. Por isso, *se levamos em conta as áreas efetivamente exploradas*, veremos que a *proporção das pequenas explorações* (as que correspondem aproximadamente aos camponeses pobres e remediados) aumenta, passando de 43,8% para 49,6% entre 1917 e 1922, enquanto a proporção do grupo intermediário diminui (caindo de 42,7 para 39,2%), o mesmo ocorrendo com a dos camponeses abastados e ricos<sup>64</sup> (caindo de 13,5 para 11,2%).

Em resumo, a Revolução Russa permitiu aos camponeses pobres e remediados – do ponto de vista das terras disponíveis – melhorar sua *posição econômica* (aumentando em média de 30% ou mais a superfície de terra a seu dispor). Todavia, em 1922, ela não melhorou imediatamente a *situação econômica* desses camponeses. Uma tal melhoria só se fará sentir no início da NEP (entre 1923 e 1926).

Contudo, uma vez que a posse da terra parecia essencial aos olhos da maior parte do campesinato, o aumento da superfície de que dispõem os camponeses pobres e médios constitui para eles uma vitória decisiva. Dal' o apoio político incontesteável que as massas camponesas dão ao poder soviético durante a guerra civil. Como se sabe, isso não impediu uma parte do campesinato de se revoltar – próximo ao fim da guerra – contra esse mesmo poder que levou tão longe as aquisições e a interdição da liberdade de comércio. É quando o campesinato formula as reivindicações que a NEP satisfaz, novamente consolidando os laços entre as grandes massas camponesas e o poder soviético.

61. Uma deciatina = 1,1 hectare.

62. Cf. *Komitetiy Bednoty*, tomo 2, pág. 26, citado da tese de S. Groszkopf, *op. cit.*, pág. 87.

63. Cf. *infra*, pág. 213.

64. Cf. as estimativas de Kondratiev e Oganovskii, *op. cit.*, pág. 118.

## 2. *Campesinato russo e pequena burguesia rural.*

Em sua maioria – ou seja, à exceção, evidentemente, do proletariado rural e dos camponeses pobres, de um lado, e dos camponeses ricos, do outro –, o campesinato russo dessa época constitui uma fração da pequena burguesia. Ele está enredado em relações de caráter mercantil e ocupa na formação social russa (onde continuam a dominar relações capitalistas apenas transformadas) a *posição intermediária* própria da pequena burguesia.

Enquanto uma parte da produção da fração média do campesinato destina-se a seu próprio consumo, a outra é vendida a fim de obter em troca as *sommas em dinheiro* de que necessitam para seu consumo produtivo e improdutivo. Essa produção, é, portanto, *determinada pelas exigências da reprodução das condições de produção efetuadas através da circulação*.

Para a fração do campesinato que compõe a pequena burguesia rural, bem como para a burguesia rural, a determinação da produção pelas condições do mercado é mais profunda. Assim, a queda de produção que caracteriza o período de 1917-1922 está parcialmente ligada à depreciação do rublo e à falta de produtos industriais a serem trocados por produtos agrícolas: essa situação bloqueou as *condições sociais* da produção agrícola e contribuiu para a queda desta última. Os primeiros anos da NEP mostraram a que ponto a agricultura russa podia ser afetada pelas condições de preço e de mercado.

O fato de a fração média do campesinato pertencer à pequena burguesia é *conseqüência de seu lugar nas relações de produção*. Na falta de uma ação ideológica e política do partido bolchevista, que teria permitido suas práticas permanecerem igualmente pequenas-burguesas, tanto no plano econômico quanto no político.

Desse modo, no nível econômico, a brutal queda quantitativa de produtos fornecidos pela agricultura correspondeu apenas em parte a uma deterioração das *condições materiais* da produção. De fato, os meios materiais necessários para manter um nível relativamente elevado de produção existiam quase em toda parte. As quantidades produzidas diminuíam de modo dramático, entre 1917 e 1921, porque a massa dos camponeses que poderia produzir para o abastecimento das cidades, das indústrias e da frente de batalha, reduziu mais ou menos sua produção ao nível de seu próprio consumo, e isto pelo fato de não poder obter nada (ou quase nada) em troca de seus fornecimentos. A este respeito, o fato determinante é a *prática do "dá-se a quem dá"*, *consagrada pela pequena-burguesia*. As cidades no momento nada podem dar e por isso não se lhes fornece voluntariamente nada, ou quase nada. A prática pequeno-burguesa da troca sobrepe-se, assim, à solidariedade para com os soldados (os operários e os camponeses da frente de combate) e os operários das cidades (os irmãos e os primos

dos camponeses dos povoados), e até mesmo para com os camponeses das regiões afetadas pelas más colheitas.

Fazer essa constatação não é evidentemente dirigir uma espécie de "libelo" contra os camponeses russos da época, mas *constatar uma prática de classe* e a incapacidade em que se encontra então o partido bolchevista de transformá-la (enquanto a experiência histórica posterior da Revolução Chinesa demonstra ser isso possível).

Ao nível político, as sublevações camponesas do inverno de 1920-1921 e o episódio do Cronstadt, que é um prolongamento delas, demonstram também a *natureza de classe pequeno-burguesa* do apoio dado pelo campesinato ao Estado da diadura do proletariado. Esse apoio é *instável* na medida em que emana dos camponeses médios (que constituem a massa do campesinato e influenciam uma parte dos camponeses pobres). Os camponeses médios apóiam o poder soviético enquanto este os ajuda a se desembaraçarem dos proprietários rurais e a tomarem posse de uma certa quantidade de terra, mas seu apoio diminui uma vez terminada a guerra, visto que o poder soviético não os deixa desenvolver livremente seu comércio. Trata-se, portanto, de apoio vacilante de uma pequena burguesia que deseja dispor "livremente" de "seus" produtos e poder comercial com eles. Esse tipo de apoio é simbolizado pela fórmula empregada pelos camponeses russos: "Viva os bolchevistas! que ajudaram a derrubar o czarismo e a derrotar os proprietários rurais. Abaixo os comunistas!" Para compreender o que representa a NEP para o campesinato russo do início dos anos 20, é preciso reconhecer o caráter de classe de sua prática econômica e política, e constatar também que o partido bolchevista não foi capaz de transformar essa prática.

Tal incapacidade do partido bolchevista decorre de múltiplas razões. Algumas relacionam-se com a sua própria história: débil implantação nos campos, concepção demasiado rígida das relações entre *situação de classe* e *prática de classe* (donde o fato de que o papel dirigente do partido tenha sido *com dominante política e não com dominante ideológica*) etc. As outras referem-se à situação da Rússia: aos tipos de diferenciações sociais existentes no campo, à influência das idéias pequeno-burguesas do partido SR e aos efeitos do funcionamento do *mir*, mesmo renovado.

### 3. A burguesia rural

Se nos prendermos às modificações da repartição das áreas cultiváveis, chegamos a conclusões inexasitas sobre as transformações sofridas pelas relações de classe no campo. Essas conclusões são particularmente enganosas no tocante aos camponeses ricos que tiveram sua parte de terras cultiváveis reduzida entre 1917 e 1922<sup>66</sup>. Para avaliar a

posição econômica da burguesia rural, deve-se ter em conta, sobretudo, a divisão dos meios de produção, além da terra; infelizmente, não dispomos de estatísticas globais a esse respeito. As indicações fragmentárias disponíveis surgem que a repartição desigual dos meios de produção foi um pouco amenizada, mas subsiste e continua a ser uma das bases materiais essenciais das relações de exploração que se reproduzem no campo, isto é, da diferenciação do campesinato em pobre, médio e rico, este último constituindo o núcleo da *burguesia rural*.

Deve-se inicialmente refutar a idéia de que somente a repartição das terras contaria, pois os camponeses poderiam "reproduzir por si mesmos" os outros meios de produção, devido à sua "simplicidade". Essa concepção é evidentemente irrealista. Se um arado pode, às vezes, ser produzido *individualmente*, o mesmo não ocorre com uma charrua ou uma foice e, muito menos com uma carroça; quanto aos animais, têm de ser comprados (pois não são redistribuídos), o que exige grandes somas. (Para a maior parte das famílias camponesas pobres e médias, a morte do único animal de tração representa uma catástrofe econômica, levando a família a descer para a categoria mais miserável.)

Ora, os meios de produção de que dispõem os camponeses pobres são insuficientes. Assim, no noroeste da Rússia, região sobre a qual existem alguns dados, 29% das explorações pertencentes ao *mir* não possuem implementos agrícolas, e há apenas 35 cabeças de gado para cada grupo de 100 explorações. Para o conjunto da RSFSR, o número de arados para cada 100 dectiarnas semanadas não passa de 9,6 em 1920 e o de charruas é de 11,2 (reduz-se a 9,6 em 1923).

A distribuição desigual de equipamentos entre as explorações têm, além disso, uma influência decisiva sobre o *rendimento por dectiarnava*. Numa mesma região, o rendimento das explorações bem equipadas supera, muitas vezes, em mais de 60% ao das explorações *medianamente* equipadas<sup>66</sup>.

Contudo, o problema da diferenciação do campesinato não se reduz a uma questão de "desigualdade"; é um problema de *diferenciação de classe*. Num dos pólos sociais do povoado situa-se o *semiprotariado agrícola* e os camponeses pobres explorados pelos camponeses ricos (e, às vezes, pelos camponeses médios mais abastados) aos quais têm de alugar os cavalos, a charrua e os outros instrumentos agrícolas. No pólo oposto encontra-se a *burguesia rural*, os *kulaks*, que exploram os semiprotetários, os camponeses pobres e uma parte dos camponeses médios.

Não dispomos de dados que permitam avaliar essa exploração, mas sabe-se que é escorchante (assim, é notório que um camponês

66. Cf. *supra*, pág. 211.

66. Cf., sobre esses diversos pontos a obra citada de Oganovskii e Kondratiev, especialmente as págs. 60-61 e 123.

pobre deve entregar um terço de sua colheita a quem lhe alugou um cavalo para cultivar a terra), e que, sob o poder soviético, ela assume, às vezes, formas dissimuladas, a fim de evitar a repressão, mas, de qualquer modo, essa *exploração é real e intensa*.

Trata-se de um *parasitismo capitalista* combinado a um lento desenvolvimento capitalista da agricultura. O *kulak* aumenta mais suas rendas alugando os instrumentos de trabalho e especulando com os produtos agrícolas do que melhorando sua própria "exploração agrícola". Tais observações que já haviam sido formuladas por Marx e Engels na segunda metade do século XIX, permanecem fundamentalmente válidas no período de 1920-1922<sup>67</sup>.

A existência da burguesia rural tem uma influência econômica e política considerável. Através do *mir*, essa classe tende a dominar o campo e a manipular a massa dos camponeses que, em parte, dela depende economicamente. Isto é tanto mais verdadeiro quanto a administração soviética, além de distante (já que funciona na sede do distrito), é muito influenciada no plano local, pelos *kulaks*.

A polarização no campo, resultante desse estado de coisas, transforma os camponeses médios em uma pequena burguesia que procura enriquecer e luta para não cair nas fileiras de semiproletariado e do campesinato pobre. A pequena burguesia é assim impelida, até onde pode, a explorar as camadas pobres do campesinato.

É na base dessas relações sociais, dessas relações e práticas de classe que se operam as transformações nos aparelhos do Estado que serão analisadas a seguir.

---

## TERCEIRA PARTE

---

---

67. É a propósito dos camponeses ricos da Rússia, dos *kulaks*, que Engels utiliza a expressão "parasitismo capitalista", na obra *Questão social na Rússia*.